



> SETAS - 000200 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS



De forma a reconhecer o trabalho desenvolvido pelo mesmo nos serviços prestados à sociedade brasiliense, bem como incentivá-lo para que continue sua jornada em defesa social, solicito aos nobres pares a aprovação desta Moção de louvor.

Sala das sessões, 01 de dezembro de 2016.

Deputado Professor REGINALDO VERAS

PDT



> SETAS - 000201 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF



MOÇÃO Nº
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

MOÇ 568 /2011

L I D O
Em: 01/12/16
Secretaria Legislativa

Manifesta Votos de Louvor e Regozijo a cada uma e um dos Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 144, § 3º do Regimento desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta MOÇÃO, para manifestar Votos de Louvor e Regozijo a cada uma e um dos Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal – *discriminados na relação em anexo* - pelos relevantes serviços prestados a toda população da nossa Capital.

JUSTIFICAÇÃO



A presente proposição tem por objetivo homenagear os Peritos Criminais da Polícia Civil do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade brasiliense.

O perito criminal desenvolve atividades de nível superior, complexas e diversificadas, envolvendo planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de trabalhos periciais criminais relativos ao levantamento, coleta, análise, codificação, decodificação e pesquisa de padrões e vestígios em geral.

Os homenageados nesta proposição são pessoas respaldadas, que desenvolvem trabalhos reconhecidos, cujos ideais encontram-se em consonância com a eficiência dos serviços prestados à Polícia Civil do Distrito Federal, e consequente a qualidade de vida da população do Distrito Federal.



> SETAS - 000202 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF

Empregando diuturnamente, a doação, a dedicação à perseverança e a capacidade profissional. Demonstrando as vantagens que deles derivarão posteriormente, em uma sociedade constituída com base espírito de serviço aos outros.

Portanto, notória é a importância dos serviços prestados por esses profissionais, merecendo eles serem homenageados por esta Casa.

Assim, peço o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**
REDE/DF



> SETAS - 000203 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes – REDE/DF

RELAÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL A SEREM HOMENAGEADOS NA SOLENIDADE DA CLDF, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO PERITO CRIMINAL.

NÚMERO	NOME
1	AIRTON BRITO DO NASCIMENTO
2	ALMIRO DE AMORIM NETO
3	ANTONIO CARLOS DE CASTRO BARRETO
4	CÁSSIO THYONE ALMEIDA DE ROSA
5	EDER JOFRE DE SOUZA OLIVEIRA
6	ELIZABETH DE OLIVEIRA PIRES ENDO
7	ELMO RESENDE
8	FLAVIA ANDRADE SEIXAS MAIA
9	FRANK GERARDUS VERDEGEN VERLAERT
10	HELOÍSA HELENA SILVA DE MAGALHÃES
11	KARLA ANGELICA ALVES DE PAULA
12	LUIZ SÉRGIO HENRIQUES DA SILVA
13	MÁRCIO COSTA LEMOS
14	MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS
15	MILTON DIAS DA SILVA
16	ROBSON SANTORO
17	RODOLFO ANTONIO DA SILVA
18	RODRIGO DE ALMEIDA HERINGER



> SETAS - 000204 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS



MOÇÃO Nº MOÇ 569 /2016 **DE 2016.**

(Deputado Professor Reginaldo Veras)

PALESTRA DE BRASÍLIA
 Em, 01/12/16
 Secretária Legislativa

Manifesta votos de louvor e parabeniza o atleta, faixa azul de Jiu-Jitsu, Pedro Henrique Maia Costa, pelo excelente desempenho com que vem representando Brasília e a equipe CEI Jiu-Jitsu em campeonatos nacionais e internacionais.

Com fulcro no Art. 144 do Regimento Interno desta casa, proponho aos nobres pares manifestar votos de louvor e parabenizar o atleta faixa azul de Jiu-Jitsu, Pedro Henrique Maia Costa, pelo excelente desempenho com que vem representando Brasília e sua equipe CEI Jiu-Jitsu, em campeonatos nacionais e internacionais.

JUSTIFICAÇÃO

Pedro Henrique Costa Maia, 17 anos, estudante e atleta confederado à CBJJ (Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu) começou sua trajetória no esporte desde criança. A vontade de competir foi ganhando força à medida que o atleta foi ganhando destaque e notoriedade em campeonatos nacionais e internacionais, dos quais participava.

Atleta da equipe CEI Jiu-Jitsu, Pedro Maia, treina diariamente com sua equipe e o mestre Cláudio Careca, na cidade de Ceilândia. Em 2016 o atleta trouxe para Brasília os principais títulos de sua categoria, conquistou com muito talento o mais alto lugar no pódio nas competições elencadas abaixo.

- Campeão Sul Americano 2016;
- 3º Colocado no Grand Slam do Rio 2016;
- Vice-Campeão Mundial 2016;
- Campeão do Brasília Pro 2016;
- Campeão Absoluto Sul Brasileiro 2016;
- 3º Colocado Brasileiro 2016;
- Campeão São Paulo Open 2016;
- Campeão Curitiba Open 2016;
- Campeão Gramado Open No Gi, Peso e Absoluto 2016;
- Campeão Gramado Open, Vice absoluto GI 2016;
- Campeão Rio Summer Open 2016;
- Campeão Europeu IBJJF 2016;
- Vice-Campeão Brasileiro CBJJ 2015;
- Campeão Brasileiro CBJJ 2014;

SECRETARIA LEGISLATIVA 01/12/2016 12:07
 RITA 13266



> SETAS - 000205 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO PROFESSOR REGINALDO VERAS



- Campeão Seletiva Abu Dhabi 2015/2016;
- Vice-Campeão Peso/absoluto Sul-Brasileiro 2015;
- Vice-Campeão Brasileiro 2013 CBJJ;
- Campeão Brasília Internacional Open 2015;
- Campeão Floripa Open NO GI 2015;
- Tricampeão Brasiliense Segunda Etapa do Goianão 2013 FJJG;
- Campeão Terceira Etapa Goianão 2013 FJJG
- Campeão Brasileiro Centro-Oeste 2013 FJJG
- Campeão On The Floor Challenge 2013 FJJB
- Campeão Capital Internacional Champion 2013 FJJB
- Bicampeão Brasiliense 2013 FJJB
- Campeão Open DF de Jiu-Jitsu 2013 FJJB
- Campeão Copa Brazlândia 2013 FJJB
- Campeão Circuito Brasil de Jiu-Jitsu 2013 FJJB
- Campeão Copa Recanto 2013 FJJB
- Campeão 1º Open Submission 2013 FJJB
- Campeão Copa Sara de Jiu-Jitsu 2013 FJJB
- Campeão Copa Sobradinho 2013 FJJB
- Vice-Campeão no Mundial Rockstrike 2012
- Vice-Campeão Rockstrike Kids 2012
- Vice-Campeão 3º Campeonato Valparaíso de Jiu -Jitsu 2012
- Campeão Jisesc 2013
- Campeão Rockstrike Kids 2013
- Campeão Seletiva Abu Dhabi São Paulo TRIAL 2014

Com disciplina, foco e força de vontade o atleta tenta driblar as dificuldades e segue perseguindo seus sonhos, sendo referência na arte suave milenar no Brasil e no mundo.

Diante do exposto, peço aos nobres pares a aprovação desta Moção.

Sala das sessões, 01 de dezembro de 2016.

Deputado Professor REGINALDO VERAS -PDT



> SETAS - 000206 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Deputado Distrital WELLINGTON LUIZ - PMDB



REQUERIMENTO Nº **RQ 2205 /2016**
(Do Deputado Wellington Luiz)

L I D OEm, 01/12/16

Secretaria Legislativa

Requer a realização de Audiência Pública no dia 20 de fevereiro de 2017, para debater "O dia Internacional da Síndrome de ASPERGER e seus desafios".

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA, DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do Art. 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência, requerer a realização de Audiência Pública no dia 20 de fevereiro de 2017, às 15h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater "O dia Internacional da Síndrome de ASPERGER e seus desafios", comemorado todo dia 18 de fevereiro.

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recobi em <u>29/11/16</u> às <u>18h00</u>	
Assinatura	Matrícula

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo celebrar "O dia Internacional da Síndrome de ASPERGER e seus desafios", comemorado todo dia 18 de fevereiro. A Audiência em questão, servirá também para debater assuntos relacionados às dificuldades do dia a dia das famílias que possuem crianças ou adultos com a Síndrome de ASPERGER, falta de políticas públicas, inclusão social, educação, saúde, trabalho e etc.

A Síndrome de Asperger (AS) é um transtorno neurobiológico que faz parte de um grupo de condições conhecidas como perturbações do espectro do autismo. O "espectro do autismo" refere-se a uma série de deficiências de desenvolvimento, que inclui o autismo, bem como outras doenças com características semelhantes.

Comemora-se no dia 18 de fevereiro o "Dia Internacional da Síndrome de Asperger", coincidindo com o nascimento de Hans Asperger, um pediatra austríaco que em 1944 descreveu pela primeira vez as marcas da síndrome.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida do presente Requerimento.

Deputado WELLINGTON LUIZ
Líder do PMDB/PTB





> SETAS - 000207 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Deputado Distrital WELLINGTON LUIZ – PMDB



Deputado Distrital
Agaciel Maia

Deputado Distrital
Cláudio Abrantes

Deputado Distrital
Bispo Renato

Deputado Distrital
Joe Valle

Deputada Distrital
Celina Leão

Deputado Distrital
Juarezão

Deputado Distrital
Chico Leite

Deputado Distrital
Júlio César

Deputado Distrital
Chico Vigilante

Deputado Distrital
Liliane Roriz

Deputado Distrital
Cristiano Araújo

Deputado Distrital
Lira

Deputada Distrital
Luzia de Paula

Deputado Distrital
Prof. Israel Batista



> BETAS - 000208 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Deputado Distrital WELLINGTON LUIZ – PMDB



Deputada Distrital
Reginaldo Veras

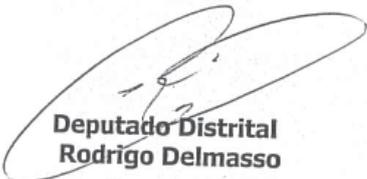
Deputado Distrital
Rafael Prudente

Deputado Distrital
Raimundo Ribeiro

Deputado Distrital
Renato Andrade

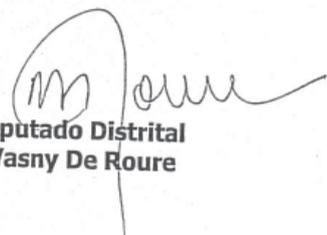
Deputado Distrital
Ricardo Vale

Deputado Distrital
Robério Negreiros


Deputado Distrital
Rodrigo Delmasso

Deputado Distrital
Sandra Faraj

Deputado Distrital
Telma Rufino


Deputado Distrital
Wasny De Roure



> SETAS - 000209 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

RQ 2206 /2016

L I D O
Em, 01/12, 16
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito de falta de materiais e equipamentos no Hospital Materno Infantil.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito de falta de materiais equipamentos no Hospital Materno Infantil.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	29/11/16 às 18h10
Assinatura	Matrícula

Foi noticiado na imprensa local na data de hoje 29/11 que todas as atividades essenciais do Hospital foram suspensas por falta de materiais e equipamentos de trabalhos, conforme matéria a cinco meses não é realizado cirurgia eletivas, falta fraldas aos pacientes internados e até seringas.

É evidente que a situação da saúde no Distrito Federal é urgente e a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:



> SETAS - 000210 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

"Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas".

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum; ¶



> SETAS - 000211 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito das dificuldades encontradas pelos servidores e pacientes com a falta de materiais citados, quais providências estão sendo tomadas para que retorne as cirurgias eletivas assim garantido atendimento digno aos pacientes que procuram os serviços no Hospital Materno Infantil.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. ¶



> BETAS - 000212 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000213 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DEJ MASSO - PTN**


REQUERIMENTO N.º

RQ 2207 /2016

L I D O

(Do Senhor Deputado DELMASSO)

em, 01/12/16

Requer o encaminhamento de solicitação
de informações a Companhia
Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –
NOVACAP, sobre obras em Vicente Pires.

**Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da
Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Diretor Presidente, informações a respeito de obras de implantação e manutenção de redes de drenagem de águas pluviais.

JUSTIFICAÇÃO

Foi noticiado na imprensa local sobre o temporal que caiu na última quinta-feira dia 24/11 e causou muitos transtornos em várias regiões administrativas do Distrito Federal, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/clima-df/meteorologistas-alertam-para-chuva-e-ventos-fortes-no-df>.

Devido ao alagamento que ocorreu em diversas ruas de Vicente Pires o Corpo de Bombeiros foi acionado para resgatar uma senhora que ficou presa dentro do carro, que acabou sendo arrastado pela enxurrada. ◊



> SETAS - 000214 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Dessa forma, solicito informações sobre obras de drenagem de águas pluviais na região Administrativa de Vicente Pires, existe algum projeto em andamento de melhorias de captação de águas pluviais, qual prazo para iniciar obras de melhorias naquela região?

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....


- Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SETAS - 000215 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

REQUERIMENTO N.º RQ 2208 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

 L I D O
 Em. 01/12/16
 Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito da fila de espera para realização de cirurgias em pacientes no Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito da fila de espera para realização de cirurgias em pacientes no Distrito Federal

JUSTIFICAÇÃO


Foi noticiado na imprensa local que no último dia 24 de novembro o relato do senhor Rui Perpétuo, morador da cidade do Gama – DF, portador de diabetes e que trava uma verdadeira luta contra o tempo na espera por uma cirurgia para não perder a visão.

Conforme informações divulgadas (<http://www.metropoles.com/pelascidades/gama/exemplo-de-superacao-rui-precisa-de-ajuda-para-nao-perder-a-visao>)₂



> SETAS - 000216 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

o senhor Rui, ativista e educador, já teve os dois pés amputados e perdeu completamente a visão do olho direito em consequência da diabetes. Atualmente espera na fila de atendimento da rede pública, com apenas 50% da visão do olho esquerdo, por uma cirurgia imprescindível para não ficar totalmente cego.

De acordo com o laudo médico o paciente tem menos de dois meses para realizar a cirurgia sob pena de ficar irreversivelmente cego.

É evidente a situação da saúde no Distrito Federal, e urgente a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

*“Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:
(...)*

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas”.

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade. ↻



> SETAS - 000217 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito de quais providências estão sendo tomadas para possibilitar o atendimento dos pacientes que aguardam em fila por atendimento de maneira efetiva, ou seja em tempo hábil a fim de que sua integridade física seja garantida e não haja dano irreparável a saúde destes.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária. ¶



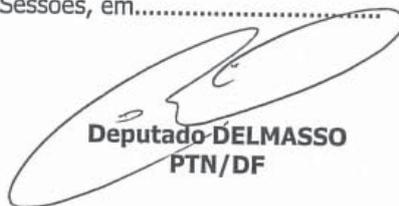
> SETAS - 000218 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000219 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



**REQUERIMENTO N.º RQ 2209 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)**

L I D O
Em, 01/12/16
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito do fechamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA de São Sebastião – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito do fechamento repentino da Unidade de Pronto Atendimento – UPA de São Sebastião – DF.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em 29/11/16	à 8h40
Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Matrícula

Foi noticiado na imprensa local que na última quarta feira, 23 de novembro do corrente ano, os moradores da Cidade Satélite de São Sebastião se depararam com a inusitada cena de fechamento dos portões da Unidade de Pronto Atendimento – UPA local por volta das 16:30 horas.

Conforme informações divulgadas pela imprensa (<http://www.metropoles.com/pelas-cidades/sao-sebastiao/moradores-de-sao->



> SETAS - 000220 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

sebastiao-protestam-apos-encontrarem-upa-fechada) o atendimento ocorria normalmente quando o fechamento dos portões surpreendeu os moradores que procuraram os funcionários para saber os motivos da ação, mas não obtiveram nenhuma resposta.

Conforme informações da Secretaria de Saúde o atendimento da UPA está restrito para novos pacientes sendo admitidos apenas os casos gravíssimos até que os pacientes internados sejam transferidos para um hospital.

É evidente a situação da saúde no Distrito Federal, e urgente a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

“Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas”.

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade. ¶



> SETAS - 000221 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito do porque do fechamento da UPA de São Sebastião em horário de expediente e ainda quais as ações estão sendo adotadas para normalizar o atendimento para toda população.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária. *¶*



> SETAB - 000222 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000223 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2210 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O
Em. 01/12/16
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito de falta de medicamentos para tratamento de câncer.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito de falta de medicamentos para tratamento de câncer.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	<u>29/11/16</u> às <u>18h10</u>
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula	

Conforme foi noticiado em alguns veículos de comunicação que devido à falta de medicamentos para o tratamento de câncer na rede de saúde pública os pacientes tiveram os tratamentos interrompido, http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/29/interna_cidade_sdf,559130/falta-de-medicamento-na-saude-do-df-interrompe-tratamentos-de-cancer.shtml

A matéria informa que pacientes estão a seis meses sem fazer o uso de medicamento que custa cerca de R\$ 30 mil, sem o devido tratamento diminuem as chances de cura e qualidade de vida dos pacientes, a doença pode avançar mais rapidamente, podendo levar ao óbito. e



> SETAS - 000224 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Há tempos, o sistema público de saúde enfrenta uma crise que se agrava a cada dia, o setor encontra-se mergulhado em problemas, como escassez de materiais, falta de medicamentos, equipamentos sucateados etc.

Os profissionais de saúde deparam-se com condições inadequadas para exercer a sua profissão, comprometendo gravemente a qualidade de assistência prestada à população.

As reclamações da população são diversas e permanecem as mesmas, falta de medicamentos, insumos, equipamentos continuam quebrados, cirurgias sendo canceladas, etc., a cada dia a situação é pior.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

"Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas".

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos



> SETAS - 000225 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito da falta do medicamento Vandetanib, qual andamento do processo para aquisição da referida medicação e ainda, qual o prazo para que os pacientes voltem a realizar o tratamento.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela



> SETAS - 000226 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000227 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN****REQUERIMENTO N.º****RQ 2211 /2016****L I D O****(Do Sr. Deputado DELMASSO)**Em, 01/12/16

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito de mortes de recém-nascidos no Hospital Regional de Ceilândia.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito de mortes de recém-nascidos no Hospital Regional de Ceilândia.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em <u>29/11/16</u> às <u>18h00</u>
Assinatura <u>[assinatura]</u> Matrícula

Este gabinete parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, recebeu denúncia grave de mortes constantes de recém-nascidos no hospital de Ceilândia, entre os dias 6 e 13 do mês de novembro do corrente ano.

Segundo relatos de pacientes do referido hospital, apenas no interstício de dias supracitados, houveram oito mortes de recém-nascidos e alguns com o mesmo laudo: ***anoxia perinatal***.

Diante do exposto, solicito informações detalhadas quanto a veracidade da denúncia aqui ora indagada. ☺



> SETAS - 000228 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito da lotação ocorrida e noticiado na imprensa local, qual o motivo dos pacientes que estavam internados na emergência não serem reavaliados e transferidos para outra área, e ainda, se havia alguma falha nas escalas dos médicos. *q*



> SETAS - 000229 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

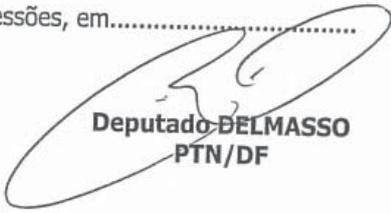
Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000230 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2212 /2016

L I D O
Em, 01/12/16

(Do Sr. Deputado DELMASSO)

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Mobilidade - SEMOB, sobre Ciclo Faixa em Aguas Claras – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas informações ao Secretário da Secretaria de Estado e Mobilidade do Distrito Federal, sobre a Ciclo Faixa em Aguas Claras – DF.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	27/11/16 às 18h
Assinatura	Marcia

A Ciclo Faixa corresponde a determinada faixa do asfalto pintada e sinalizada destinada ao tráfego exclusivo de ciclistas sem separação física entre esta e as demais faixas destinadas ao trânsito de automóveis.

A cidade de Aguas Claras, é dividida em duas avenidas principais e suas adjacentes, a avenida Araucárias que é que recebe o trânsito no sentido Plano Piloto e conta com uma faixa destinada aos ciclistas.

No lado oposto encontra-se a Avenida Castanheiras que comporta o trânsito sentido Taguatinga, dentro da cidade e que por sua vez não possui a ciclo



> SETAS - 000231 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

faixa, o que causa estranheza e questionamentos aos moradores locais visto que os ciclistas só podem trafegar em um sentido dentro da cidade.

Isto posto, considerando que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Solicito informações ao Secretário de Estado de Mobilidade quanto à existência de projeto para implantação da ciclo faixa na avenida das Castanheiras e qual o seu andamento atual.

Não havendo projeto de implantação solicito que sejam informadas as ações que estão sendo executadas para contemplar o ciclista que precisa fazer uso da referida Avenida.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em

Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SETAS - 000232 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2213 /2016

(Do Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O
Em. 01/12/16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, sobre o andamento do programa Pró Moradia em Arapoanga – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas informações ao Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, sobre o andamento do programa Pró Moradia em Arapoanga – DF.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	27/11/16 às 10h
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
	Marcúla

O Programa Pro moradia possibilita a construção de casas para a população de baixa renda. No Arapoanga, a execução do programa beneficiará a população local com melhores condições de moradia e conseqüentemente qualidade de vida.

De acordo com informação recebida neste gabinete parlamentar o programa ainda não foi concluído para ausência de área destinada para este fim. *o*



> SETAS - 000233 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Assim, considerando que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Solicito informações detalhadas quanto ao atual andamento do programa Pro Moradia em Arapoanga, Planaltina – DF.

Assim, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO DISTRITAL DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º

RQ 2214 /2016

(Da Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O
Em, 01/12/16
Secretaria Legislativa

Requer encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a respeito de atrasos nos pagamentos no programa DF sem miséria.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente em exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III e 40 *caput* do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informações ao Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a respeito de atrasos nos pagamentos no programa DF sem miséria.

JUSTIFICAÇÃO

Foi publicada matéria na mídia local, sobre atrasos nos pagamentos no programa DF sem miséria e que famílias beneficiadas com o referido programa estão passando por necessidades, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/governo-atrasa-df-sem-miseria-e-familias-passam-necessidades>.





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO DISTRITAL DELMASSO - PTN**



Várias famílias contemplados com o Programa DF Sem Miséria têm sofrido para receber o benefício. Conforme a matéria os pagamentos referentes a fevereiro, março e outubro deste ano.

O programa o DF Sem Miséria atua exatamente no âmbito do Plano pela Superação da Extrema Pobreza, esse é um programa de suplementação financeira às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que tem 79,4 mil pessoas cadastradas as famílias dependem dos recursos e não recebendo dependem de doações para sobreviver.

A matéria relatou dificuldades enfrentadas por várias famílias que não estão recebendo os recursos e que dependem desse benefício para alimentar as famílias.

Famílias com até 7 pessoas, os adultos desempregados, crianças com problemas de saúde que precisam de alimentação diversificada, além de algumas famílias utilizarem esses recursos para adquirir leites especiais que a rede de saúde também não está fornecendo.

Dessa forma, solicito informações ao Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a respeito do programa citado acima, qual previsão para efetuar os pagamentos atrasados.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. ▽



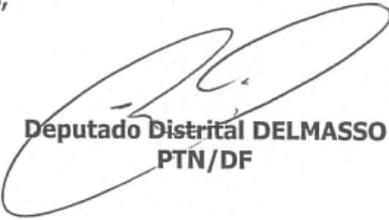
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO DISTRITAL DELMASSO - PTN**



Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões,


**Deputado Distrital DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000237 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2215 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O
Em, 01/12/16
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, sobre a falta de antídoto nos hospitais da rede.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente em exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações sobre a falta de antídoto nos hospitais da rede.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	29/11/16 às 18h 10
Assinatura	Matrícula

Foi noticiado na imprensa local que o número de ataques de escorpiões subiu em 27%, porém que na rede pública falta antídoto, http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/25/interna_cidade_sdf,558625/ataques-de-escorpioes-sobem-27-na-rede-publica-falta-antidoto.shtml.

A reportagem revela um quadro preocupante devido à baixa no estoque de antídoto nos hospitais da rede pública do Distrito Federal, sendo que em algumas regiões administrativas não possui o insumo no estoque. 2



> SETAS - 000238 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Com o crescimento do número de ocorrências, na primeira semana de novembro os registros de 2016 já superaram em 27% os do ano passado, em todo o ano de 2015 foram registradas 562 picadas de escorpiões para 714 até o início mês de novembro.

É evidente que a situação da saúde no Distrito Federal é urgente a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

“Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas”.

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade. 2



> SETAS - 000239 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações sobre a falta de antídotos, quais providências a Secretaria tem adotado para evitar a falta nos hospitais da rede e assim garantir um atendimento adequado aos pacientes.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. ¶



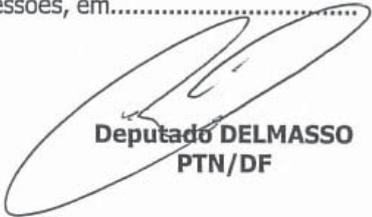
> SETAS - 000240 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000241 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN****REQUERIMENTO N.º RQ 2216 /2016**
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

L I D O

Em. 01/12/16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, a respeito do Pronto Socorro Infantil e Pediatria do Hospital Regional do Gama.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações a respeito do fechamento do Pronto Socorro Infantil e Pediatria do Hospital Regional do Gama.

JUSTIFICAÇÃO

Recebemos neste gabinete parlamentar diversas reclamações de moradores do Gama a respeito do fechamento do Pronto Socorro Infantil e Pediatria do Hospital Regional do Gama.

Conforme relato dos moradores o fechamento ocorreu no início do mês de agosto do corrente ano por tempo indeterminado, os pais e responsáveis estão sendo orientados a procurarem outras unidades de saúde. º



> SETAS - 000242 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Os moradores do Gama e usuários do sistema de saúde pública tem enfrentado várias dificuldades em busca de atendimento em outras regiões administrativas.

É evidente que a situação da saúde no Distrito Federal é urgente a necessidade de providências por parte das autoridades competentes.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:

"Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas".

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis: ²



> SETAS - 000243 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito do Pronto Socorro Infantil e da Pediatria do Hospital Regional do Gama, qual previsão para reabertura das unidades que estão fechadas no referido Hospital, assim garantir atendimento digno a população do Gama e usuários

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. ▽



> SETAS - 000244 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000245 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

**REQUERIMENTO N.º RQ 2217/2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO - PTN)**
L I D O
 em, 01/12/16

 Secretária Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, a respeito da licença ambiental do trecho III do Sol Nascente, Ceilândia – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas à Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, informações a respeito da licença ambiental do trecho III do Sol Nascente, Ceilândia – DF.

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em	29/11/16 às 18h10
Assinatura	
Matrícula	

O Setor Habitacional Sol Nascente fica localizado na cidade satélite de Ceilândia e conta com projeto urbanístico dividido em três trechos. Atualmente a área com abriga cerca de cem mil moradores apresenta problemas de saneamento básico, acúmulo de lixo, buracos nas ruas, barracos em condições precárias e altos índices de criminalidade. ☺



> SETAS - 000246 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Para que o projeto urbanístico avance faz-se necessária a concessão de licença ambiental, que é competência do IBRAM, e dadas as condições precárias em que a população local reside é imperioso que as medidas necessárias sejam tomadas a fim de conferir condições dignas de moradia à comunidade do Setor.

Assim, considerando que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações de natureza pecuniária.

Solicito informações ao Instituto Brasília ambiental quanto ao atual andamento do licenciamento ambiental do trecho III do Setor Habitacional Sol Nascente, Ceilândia – DF.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

Deputado DELMASSO
PTN - DF



> SETAS - 000247 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

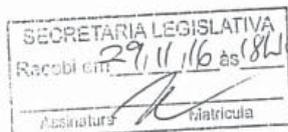
REQUERIMENTO N.º RQ 2218 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO - PTN)
L I D O
 Em, 01/12/16

Secretário Legislativo

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, a respeito da licença ambiental do trecho III do Sol Nascente, Ceilândia – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente no exercício da presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas à Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, informações a respeito da licença ambiental do trecho III do Sol Nascente, Ceilândia – DF.

JUSTIFICAÇÃO


O Setor Habitacional Sol Nascente fica localizado na cidade satélite de Ceilândia e conta com projeto urbanístico dividido em três trechos. Atualmente a área com abriga cerca de cem mil moradores apresenta problemas de saneamento básico, acúmulo de lixo, buracos nas ruas, barracos em condições precárias e altos índices de criminalidade. @



> SETAS - 000248 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Para que o projeto urbanístico avance faz-se necessária a concessão de licença ambiental, que é competência do IBRAM, e dadas as condições precárias em que a população local reside é imperioso que as medidas necessárias sejam tomadas a fim de conferir condições dignas de moradia à comunidade do Setor.

Assim, considerando que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Solicito informações ao Instituto Brasília ambiental quanto ao atual andamento do licenciamento ambiental do trecho III do Setor Habitacional Sol Nascente, Ceilândia – DF.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

Deputado DELMASSO
PTN - DF



> SETAS - 000249 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL
 RICARDO VALE -



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº **RQ 2219 /2016**

Em, 01/12/16

(Do Sr. Deputado Ricardo Vale)

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à CEB – Companhia Energética de Brasília, que trata de fatos ocorridos na Diretoria de Gestão daquela empresa que foram objetos de denúncia.

Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que sejam encaminhada a solicitação de informações à CEB – Companhia Energética de Brasília, que trata de fatos ocorridos na diretoria de gestão daquela empresa que foram objeto de denúncia, abaixo questionadas

1. Foi realizada reunião, no dia 24/11/2016, por volta das 16H30m, dos trabalhadores lotados na Diretoria de Gestão com o Diretor daquele órgão, Raphael Ehlers dos Santos?
2. Se, na referida reunião o Diretor teria ameaçado e coagido os trabalhadores a aceitarem a proposta apresentada pela Empresa ao Sindicato da categoria, em Assembleia Geral convocada pelo referido sindicato para o dia seguinte, sob o argumento de que, do contrário, a empresa seria privatizada e, como consequência, ocorreria demissões em massa?
3. Existe informações de que os argumentos acima questionados foram utilizados como elemento de pressão aos trabalhadores para garantir o aceite da proposta.

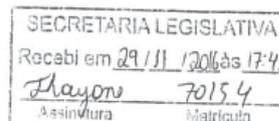
Justificação

A CEB sempre foi uma empresa respeitada pelo setor elétrico nacional e órgãos gestores da área, além da credibilidade junto à população pelos bons serviços prestados pelos seus trabalhadores. Apesar das divergências e lutas implementadas pelos trabalhadores e Empresa ao longo do tempo, sempre houve um diálogo respeitável entre as partes, baseadas em condutas republicanas e dignas da importância da empresa Logo, denúncias como estas que me chegaram às mãos, coloca todo este esforço de relacionamento por água abaixo. Por isso levo estes questionamentos à empresa no sentido de retomar as negociações empresa/trabalhadores para níveis aceitáveis e, acima de tudo, respeitáveis.

As informações requeridas destinam-se a subsidiar o exercício da função de fiscalização e controle parlamentar, previstos na Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa, nos arts. 58, XXXIII e 145, XIX, respectivamente.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2016

Ricardo Vale
 Deputado Distrital





> SETAS - 000250 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**



RECURSO REC 11/2016 **L I D O**
(ART. 152, III, DO RICLDF) Em, 01/12/16

Secretaria Legislativa

**Contra à decisão da Comissão de Economia,
Orçamento e Finanças pela inadmissibilidade
ao Projeto de Lei nº 1.369, de 2016, que Abre
Crédito Suplementar à Lei Orçamentária
Anual do Distrito Federal no valor de R\$
6.800.000,0**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito
Federal,**

Com fundamento no Art. 152, III, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicito que seja submetido à soberana apreciação do Plenário desta Casa de Leis, o Parecer do Vencido aprovado em 29 de novembro de 2016 na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que rejeitou o Projeto de Lei nº 1.369, de 2016, que Abre Crédito Suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 6.800.000,00.

O referido PL é importante para o Governo do Distrito Federal por alterar o orçamento, em favor da Casa Civil do Distrito Federal, para reforçar as dotações de publicidade de utilidade pública e institucional do GDF.

Sala das Comissões,

Deputado AGACIEL MAIA

DEP. REGINALDO

DEP. ISRAEL

SECRETARIA LEGISLATIVA 01/12/2016 14:27

Thayane 70154

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 107ª
(CENTÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
Nº 696, DE 2015, QUE "ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE INDICAÇÃO
EXPRESSA SOBRE O USO DE AGROTÓXICOS NOS PRODUTOS
ALIMENTARES PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NO DISTRITO
FEDERAL",
DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 209, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 1º de dezembro de 2016, fica transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 696, de 2015, que "estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxico nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Distrito Federal".

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para que os convidados possam adentrar o plenário.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2		

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h32min, a sessão é reaberta às 15h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares produzidos e comercializados no Distrito Federal.

Convido para tomar assento a Mesa os seguintes convidados: Exmo. Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, Deputado Federal Padre João; Sr. Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, José Guilherme Leal; Sr. Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal, Cleberson Zavask; Sr. Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal, Giovani Muller; Sr. Presidente do Sindgrãos, Paulo Roberto Sousa; Sr. Pesquisador da Embrapa, Vicente Eduardo Almeida; Sr. Pesquisadora Toxicologista da Fiocruz, Dr. Karen Friedrich; Sr. Representante do Fórum Distrital de Políticas e Reforma Agrária, Tatiano Tavares; Sr. Presidente do Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal, Gilsérgio dos Santos Silva; Sr. Diretor de Políticas Sociais do Sinpro, Gabriel Magno; Sr. Diretor Executivo da Emater, Rodrigo Marcos; Sr. Secretário de Agricultura, José Guilherme.

Quero registrar e agradecer a presença dos alunos do oitavo e nono ano do Centro de Ensino 7 de Sobradinho II, e de suas professoras, Mônica, Anúbia e Ana Cristina. Muito obrigado pela presença.

Primeiramente, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos vocês para este debate que é extremamente importante. É um primeiro debate sobre essa questão do uso de agrotóxico aqui no âmbito do Distrito Federal.

O nosso mandato tem se caracterizado como um mandato que não tem se furtado a fazer as discussões de importância aqui no Distrito Federal. São debates, muitas vezes, polêmicos e espinhosos. Citamos alguns dos que temos feito aqui como a própria alteração da Lei do Silêncio, que já vem sendo discutida há quase dois anos nesta Casa e, enfim, nós estamos chegando a um texto final. A própria reforma agrária no âmbito do Distrito Federal, sobre a qual também temos feito vários debates. A questão dos direitos das mulheres, dos negros, da comunidade LGBT, o problema da moradia no Distrito Federal, essas derrubadas a que vocês têm assistido. A possibilidade de privatização do sistema de saúde pública do Distrito Federal por Organizações Sociais – também temos feito um trabalho muito firme no sentido de evitar que o governo privatize a saúde pública do Distrito Federal. Enfim, é uma série de debates. Agora mais um, que é a questão dos agrotóxicos.

Quero dizer que me orgulho muito de não ter receio de fazer esses debates e trazer a esta Casa esses temas. De forma muito tranquila temos conduzido todos esses temas e outros. Então, temos dados e temos conversado com muitas pessoas,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º	12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3	

sejam do segmento dos produtores rurais, sejam dos movimentos sociais. Eu tenho certeza de que esse debate aqui hoje vai engrandecer muito essa questão do uso desses agrotóxicos. Sabemos que hoje o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. O Distrito Federal, se não me engano, é a quarta unidade da Federação em que a população mais consome agrotóxico, e sabemos que agrotóxico é veneno.

Não temos que ter receio ou medo de discutir e debater como está o uso disso aqui no âmbito no Distrito Federal, como é que está a fiscalização disso, como que está a responsabilidade dos grandes produtores, como que está o uso dele com os pequenos, enfim. Então, é por isso que convidamos todos vocês; é um primeiro debate e pretendemos fazer outros.

Protocolamos projetos extremamente importantes nesta Casa que serão debatidos, como por exemplo o Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, que institui o Dia Distrital de Combate à Intoxicação por Agrotóxicos, e o Projeto de Lei nº 695, de 2015, que dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundos do Tesouro do Distrito Federal na alimentação escolar e dá outras providências. Esse projeto já tramitou aqui na Casa, foi aprovado, o governo vetou e pretendemos derrubar o veto na semana que vem. Há também o projeto que institui a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos em produtos alimentares produzidos e comercializados no Distrito Federal, que já foi tema de um debate lá em nosso gabinete, com a presença de alguns representantes que hoje inclusive estão aqui, produtores e da própria indústria de grãos.

Enfim, um mandato democrático e que escuta todos os segmentos da sociedade não pode se furtar a fazer essas discussões. Eu me sinto muito orgulhoso cumprindo o meu papel aqui. Sabemos que os debates desses temas não são fáceis, mas eu me sinto na obrigação de fazê-los.

Nós vamos dar início às intervenções das autoridades presentes.

Passo a palavra ao Deputado Federal Padre João, Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar da Câmara dos Deputados, que nos honra muito com a sua presença.

Antes, gostaria de chamar à Mesa a Sra. Secretária do Meio Ambiente da CUT, Vanessa.

Como o Deputado Padre João tem alguns compromissos agora, vamos primeiro passar-lhe a palavra e, depois, passaremos a apresentação de um vídeo de quinze minutos.

SR. PADRE JOÃO – Obrigado, Deputado Ricardo Vale, na pessoa de quem eu cumprimento também todos os integrantes da Mesa e da extensão. Saudação a todos aqui também dos movimentos, das entidades, da parte empresarial, seja da produção, da comercialização.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 4

Quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale pelo debate. Na democracia, nós temos essa grande conquista, de as mais diversas opiniões poderem sentarem à mesa. Às vezes, a gente lamenta quando as divergências de opiniões se traduzem em hostilidade, o que é uma pobreza e fragiliza muito a democracia. Ninguém erra em divergir de opinião. É um direito, mas é bem verdade que, em muitas matérias, não se trata de uma questão de mera opinião ou de uma questão ideológica, como alguns também tentam desqualificar. Existem pesquisas, existem dados materiais que têm que nos levar também a nos render, independentemente de uma mera opinião – que tem a sua importância inicialmente.

Como eu tive dois mandatos de Deputado Estadual em Minas Gerais – trabalho aqui também na Câmara dos Deputados, em segundo mandato – e agora como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e também coordenando a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e titular da Comissão de Seguridade Social e Família, pudemos constituir uma subcomissão para discutir a situação do agrotóxico no Brasil.

Nessa subcomissão, produzimos um relatório bem amplo – com mais de 1.500 páginas, porque foram meses e meses de trabalho –, que teve aprovação de 100% na Comissão de Seguridade Social e Família. Então nós percebemos que é um tema sobre o qual o Brasil inteiro tem que se debruçar. Nós sabemos dos interesses econômicos que sempre existiram, que têm sua legitimidade, mas também têm seus limites. A cada debate que fazemos, somos surpreendidos por novas questões.

Então o que nós podemos relatar do DF, de maneira ampla e depois mais específica?

De forma ampla, nós constatamos, primeiro, o Brasil como campeão do uso de agrotóxico no mundo. Segundo, a presença e a permanência de utilização de diversos produtos já proibidos no Brasil. Então um problema sério de fronteiras, grave. O problema da má utilização. Mesmo quando usa, você utiliza determinado produto inadequado para aquela cultura. O produto é criado para essa cultura e acaba sendo utilizado para outras. É uma situação que a gente considera como grave. E ainda a pulverização aérea. Ela é uma ameaça à agricultura, tanto em relação ao extermínio de abelhas, que ajudam na agricultura, inclusive na polinização, além da segurança alimentar, porque o mel é um produto muito rico – não só o mel, mas o própolis, as geleias e tantos outros produtos derivados da abelha. Então é uma ameaça geral. Também eleva muito o custo da produção. A pulverização aérea urbana foi um grande retrocesso no nosso País, pois ela atinge crianças, idosos, pessoas com doenças respiratórias e outras. Nas pesquisas que nós fizemos, o nosso trabalho de pesquisa em parceria com diversas universidades, com a própria Anvisa e com a Fiocruz, tivemos a constatação do nexos do agrotóxico com diversas doenças, inclusive com o câncer.

Unai não está distante. Ao fazer pesquisa e estudos mais rigorosos em algumas cidades do País, uma das escolhidas foi Unai. Nesse período, somente em

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5	

Unai, nós constatamos 1.262 casos de câncer. Então, vários estudos demonstram esse nexa, também com problemas hormonais, neurológicos.

Eu fui o relator, e hoje o Ministro Osmar Terra foi o presidente dessa subcomissão. Na região de Santa Cruz, por exemplo, nós temos o maior índice de suicídio. Determinados tipos de produtos causam depressão e suicídio, como produtos utilizados na cultura do fumo, do café. Então, existem produtos que são nocivos. Nesse sentido, destaco a importância dessa discussão. Como V.Exa. coloca que é um primeiro debate, acho que é importante discutir. Não vamos, em uma comissão geral, exaurir toda a situação, temos que buscar vários vieses.

No Entorno também há uma preocupação. No próprio Entorno do Distrito Federal já existem provas de que é possível obter produção significativa por hectare, e no trabalho da nossa subcomissão nós provamos isso, apontando a produtividade por hectare desde a cana, soja, milho, até as hortaliças. Temos experiências bem perto de nós. É possível produzir tomate, pimentão, qualquer cultura.

É verdade que é preciso investimento, assistência técnica, e é preciso ter, Deputado, terra. Terra! Muitas pessoas lutam ainda pelo seu pedaço de terra: assentados, quilombolas, indígenas. Sobretudo a situação dos quilombolas é gritante. A maior parte dos quilombolas no País estão encurralados numa monocultura, ou da cana ou do eucalipto. As pulverizações aéreas as ignoram. Embora haja uma lei, ignoram e passam direto com aeronaves.

Tivemos recentemente uma questão em Rio Verde. Lá uma escola foi pulverizada. Essas denúncias nos chegam, a mim, que sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com muita frequência, não é algo esporádico. Então, discutir isso com a sociedade e com os diversos setores é muito importante. Eu acho que isso desencadeia uma agenda continuada para a qual nos colocamos à disposição.

Nós fizemos um seminário de segurança alimentar no dia de ontem, durante o dia inteiro, e hoje. Encerramos no início da tarde. Fica cada vez mais claro para nós que nenhum nutricionista, nenhum profissional sério de nenhuma área, que discuta segurança alimentar hoje, pode ignorar o resíduo do agrotóxico nos alimentos. É direito do cidadão ter esta informação: qual agrotóxico é usado.

Qualquer cidadão tem direito de escolher o que comer e de saber o que está naquele produto, como e onde foi cultivado, como foi beneficiado, e no beneficiamento e conservação, o que consta no produto. É direito à informação, é um direito. Nunca pode ser negado esse direito à informação ao consumidor.

Qual a grande preocupação hoje em qualquer alimentação? Já é natural, é senso comum as pessoas se preocuparem com relação a gorduras, sódio e carboidrato. Então, há que se incluir essa parte na alimentação, ou seja, resíduo de agrotóxico, e qual tipo de agrotóxico também. Essa é uma informação básica e importante, porque a gente sabe que há consequências. Há consequências.

Muitos Deputados, em diálogo, revelaram para mim: "Olha, eu fui enganado". Eu não estava aqui ainda quando foi votada a lei dos transgênicos. Eles

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		6

disseram: “Eu fui enganado”. Quando falaram dos transgênicos, diziam que iam reduzir o uso de agrotóxico, mas na verdade triplicamos o uso do agrotóxico, então aumentou o uso de agrotóxico no País.

Deputado, nós estaremos sempre à disposição. Essa é mais uma saudação, para dizer que já existe trabalho, existem diversas pesquisas, mas nossas preocupações só aumentam por causa do volume utilizado e também porque os instrumentos que nós temos estão sendo fragilizados.

Por exemplo: nós tínhamos maior confiança na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu não confio mais no PARA – Programa de Análise dos Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Ele está mascarado, nós vamos buscar investigação. Eu tenho o dever de fazer isso porque não corresponde à verdade o resultado do Para, que é sempre bem amplamente divulgado, mas não corresponde ao real. A gente já recebeu pesquisas paralelas de outra instituição que provam que, em um número bem menor de amostras, conseguiu-se resultado de percentual muito além do que foi apresentado pela Anvisa. Então houve, de forma estratégica, um esvaziamento de resultado da Anvisa.

O Projeto de Lei nº 6.299, que tramita na Câmara, retira definitivamente a força da Anvisa e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A criação ou a reavaliação de qualquer produto é uma avaliação, podemos dizer, tripartite: da Anvisa, do Ibama e do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Anvisa atua em relação a impacto na saúde do trabalhador e da pessoa humana; o Ibama, na questão do impacto ambiental; e o Mapa, na eficácia agronômica daquele produto.

Com essa Comissão Técnica Nacional – CTN Fito, uma comissão fitossanitária, tira-se o poder, esvazia-se o poder, e vai concentrar muito mais, o que vai definir é a eficácia daquele produto. Não importa o que causa ao meio ambiente, não importa o que causa à saúde da pessoa humana, do trabalhador. Se é eficaz, pode ser criado esse novo produto ou ele pode ser renovado.

É um problema sério, desde o nome. Inicia com a mudança do nome: você vai ficar proibido de dizer agrotóxico. É produto fitossanitário. Eles sabem que o agrotóxico impacta e gera resistência. Então, é uma tática, nesse sentido, perversa. Por isso há tanta resistência em colocar informações nos produtos, na questão da rotulagem e na constituição desses produtos.

É lamentável! Temos um retrocesso na própria legislação e um aparato para isso. E mesmo a legislação que temos não é respeitada, há pulverização aérea. Nós não temos fiscalização. O número de fiscais para o Brasil inteiro seria apenas suficiente aqui para o DF. Nós temos em torno de cinquenta, especialistas dá menos ainda, acho que são vinte e poucos na área. Só para ver a precariedade da fiscalização.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7		

Parabéns. Não podemos, de fato, fugir dos debates mais complexos, mas é nas mesas que temos que buscar entendimento, e quem tem que prevalecer é a valorização, o respeito à saúde, à vida humana e a toda a biodiversidade.

Parabéns e muito obrigado pelo convite. Estamos sempre à disposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Padre João. A gente agradece muito a sua vinda aqui. O senhor vai ter que ser retirar daqui a pouco, está com a agenda cheia. A gente fica muito feliz com a sua presença. Evidentemente, em todos os debates relativos a esse tema, o senhor será convidado. A sua assessoria vai permanecer aqui.

Vou passar a palavra agora ao pesquisador da Embrapa Vicente Eduardo Almeida e à Dra. Karen Friedrich, que vão apresentar um *PowerPoint*. Falará primeiro a Dr. Karen.

SRA. KAREN FRIEDRICH – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o convite.

Vou apresentar um pouco da pesquisa que a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz e ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva têm feito, o que a gente tem feito ao reunir informações, estudos científicos sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde das pessoas e no meio ambiente.

O tempo é curtinho. Vou dar algumas informações apenas. Infelizmente, a gente tem muito para falar sobre impacto, mas, por conta do tempo, vou focar em algumas questões. Como o Padre João já falou, a gente tem no Brasil hoje sessenta agrotóxicos que são proibidos em outros países e que a gente usa em grande quantidade. Dos 50 mais usados no Brasil, 29 já foram proibidos em outros países. Isso significa que usamos produtos que são muito tóxicos.

Ao se usar esses agrotóxicos, eles vão para o meio ambiente, entram em contato com as pessoas. Esses mapas aí mostram uma questão muito importante. Do lado direito, a gente vê o mapa da soja e do milho, ou seja, onde se planta mais soja e milho no Brasil. Do outro lado, lá em azul, a gente vê o mapa dos aquíferos do Brasil, ou seja, onde está a maior quantidade da nossa água. A gente pode ver que a maior parte da soja e do milho plantados no Brasil está sobre esses aquíferos.

O que também se sabe é que a maior parte dos agrotóxicos usados no Brasil é usada para a soja e para o milho. Ao se usar agrotóxico nessas plantações de soja e milho, a gente também está contaminando esses aquíferos, principalmente porque a prática de utilização de agrotóxicos nessas regiões é por pulverização aérea. O avião passa, joga o agrotóxico e esse agrotóxico é dispersado pelo vento, entra na terra e chega até a água. Há estudos que mostram essa contaminação.

O mapinha ali, em verde, mostra os biomas brasileiros. Então, a gente vai ver também que a maior parte do agrotóxico é usada principalmente no Cerrado e na Caatinga, apesar de as plantações estarem nos vários biomas.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8	

Infelizmente, a gente não pode dizer que existe uso seguro. Usar agrotóxico não é seguro. E por que não é seguro usar agrotóxico no Brasil? Porque os estudos apresentados para se registrar agrotóxico, que são os apresentados pela Anvisa, órgão que avalia os impactos sobre a saúde, como o Deputado Padre João falou, são apresentados pelas empresas e são muito limitados, porque fazem testes em animais em laboratórios. Ali os animais estão em condições muito controladas, só recebendo um agrotóxico por vez. O que a gente vê na realidade, tanto no que diz respeito ao trabalhador da agricultura quanto a quem mora nas áreas próximas a plantações ou a quem come alimento é o quê? Vários agrotóxicos estão nos alimentos, estão na água e são usados na agricultura.

Então, essa condição para se registrar agrotóxico é uma condição diferente da condição da vida real e, a partir disso, se diz o que pode ter na água, nos alimentos que a gente consome. O que a gente consome é uma mistura de agrotóxico. O consumo de agrotóxico no Brasil, o consumo *per capita* é pela média. As pessoas gostam de falar que a renda *per capita* de Brasília é muito boa. Isso não significa que todo mundo é muito rico, nem que nem todo mundo está em condições muito ruins. É uma média. Então, a média de consumo, o indicador é de 7,2 litros *per capita*. Não é que a gente beba 7 litros, mas 7 litros são lançados para cada pessoa que reside no Brasil, para cada brasileiro, e isso vai chegar na gente através da água, do alimento e também através das espécies que estão morrendo, que impactam a gente também: as abelhas, os pássaros.

Hoje a gente tem uma legislação que tem pontos muito fortes. Por exemplo, os municípios e os estados podem proibir, podem ter leis mais restritivas para o uso de agrotóxico. Essa é uma das questões que o Projeto de Lei nº 6.299, citado pelo Deputado Padre João, quer cortar. Ou seja, de acordo com esse projeto, deputado estadual e vereadores não teriam mais o poder de legislar de forma mais restritiva sobre esse assunto.

A Anvisa e o Ibama hoje podem vetar o registro, e os agrotóxicos poderiam ser proibidos quando causam ou quando têm a indicação de causar câncer, mutação e tudo o mais. O problema é que isso nem sempre é rápido. Hoje, a Organização Mundial da Saúde disse que o Glifosato, que é o agrotóxico mais usado no Brasil causa câncer. Ele pode causar câncer, mas nem por isso ele foi proibido porque esse processo é lento e porque também entra o interesse, o poder econômico, às vezes, ou muitas vezes, se sobrepõe aos interesses da saúde e do meio ambiente.

Dois tipos de efeitos ocorrem nas pessoas. Os efeitos que a gente chama de agudos, aquele imediatos, quer dizer, que podem causar enjoo, dor de cabeça ou mesmo a morte, quando essa quantidade é muito grande, logo depois de entrar em contato com o indivíduo. Além de efeitos mais tardios, que vão acontecer meses e anos depois do contato com o agrotóxico. O que acontece? Esse dado, por exemplo, que a Anvisa publicou agora, diz que 1% dos alimentos analisados pode causar um dano imediato, um dano agudo, ou seja, a gente olha lá 1% e acha que é um valor pequeno, mas na verdade, é um valor muito alto. Um por cento dos alimentos pode

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 9

causar algum efeito imediato é uma informação muito séria. O que a gente vê é que a intoxicação por agrotóxico é muito elevada. O Deputado Padre João também já citou isso. No entanto, essa intoxicação que aparece aí no mapa – a parte mais escura é onde tem mais intoxicação – é em decorrência dos efeitos imediatos, que é aquele que vai intoxicar.

A gente tem muitos casos de intoxicação que não aparecem, que não são notificados, não aparecem nesse mapa. O que a gente tem, na verdade, é essa mistura de agrotóxico, que vai chegar no alimento das pessoas, mas que também foi usado lá na agricultura, e o agricultor é o primeiro a ficar doente. A gente também tem que ter preocupação com isso. A gente se preocupa muito com o consumidor, com quem tem o dinheiro para pagar o alimento, mas quem está lá produzindo também é atingido.

Recentemente, o *Greenpeace*, no Rio de Janeiro, coletou alimentos da merenda escolar e encontrou dados muito preocupantes, como a presença de agrotóxicos proibidos no Brasil e um percentual muito grande, uma quantidade muito grande de alimentos contaminados acima do permitido, 35%. Ou seja, a merenda escolar no Rio de Janeiro, que não vem da agricultura familiar, usa muito agrotóxico. E as crianças, então, são as mais atingidas.

Essa figura, que é confusa, mostra um pouco como é que o nosso organismo funciona. É um funcionamento muito complexo. Há muita coisa funcionando ao mesmo tempo dentro do nosso organismo para fazer com que a gente interaja com as pessoas, com que a gente metabolize, faça a digestão do que a gente come, com que a gente se reproduza. Então, tudo isso é um sistema muito regulado. Se uma coisinha dessas, um pontinho desses aí tem problema por conta do agrotóxico, a gente sofre efeitos muito sérios.

As crianças são o grupo mais suscetível, porque está se desenvolvendo. A criança e o adolescente estão se formando. Se, durante esse processo da infância e da adolescência principalmente, a gente tem contato com o agrotóxico, o efeito pode ser muito complicado. Vai influir, por exemplo, na reprodução e no crescimento, pode levar à obesidade, pode levar à alteração de raciocínio, de memória. Se a gente pudesse priorizar quem vai consumir alimento que não tem agrotóxico, seriam as crianças, as gestantes e também as pessoas doentes.

Para concluir, algumas ações que são muito necessárias para a proteção da saúde das pessoas: proibir a pulverização aérea no campo e na cidade, porque é uma forma muito grande de contaminação; suspender isenção tributária de agrotóxicos onde ela existe, porque, no Brasil, uma série de estados têm isenção total.

Além disso, ampliar o acesso à informação sobre os impactos dos agrotóxicos, porque a gente precisa saber o que o agrotóxico causa; inserir, principalmente no rótulo, a informação de que o alimento foi produzido com agrotóxico. Isso é um direito que nós temos, o direito à informação. Também

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		10

monitorar resíduos de agrotóxicos em água e alimentos, porque a gente também precisa saber que agrotóxico há ali, para se proteger e para planejar como produzir de forma mais saudável; promover a implantação do PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, que tem várias iniciativas para se caminhar gradativamente para a redução de agrotóxicos; promover a agricultura e a produção orgânica; fornecer alimentos orgânicos para hospitais e escolas, que são os grupos mais suscetíveis; e aprimorar os mecanismos de participação social, como esta audiência pública.

Agradeço a oportunidade. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigada, Dra. Karen, toxicologista da Fiocruz.

Quero convidar o Sr. Manoel Neto, Diretor Regional da Anvisa, para tomar assento à Mesa. Peço desculpas pelo nosso vacilo.

Concedo a palavra ao Sr. Vicente Eduardo Almeida, pesquisador da Embrapa.

SR. VICENTE EDUARDO ALMEIDA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Ricardo Vale e agradeço a oportunidade de estarmos aqui debatendo um tema tão importante do nosso dia a dia.

Nós estamos aqui também representando o grupo de pesquisas Edutec, da UnB, que desenvolve hoje um trabalho de análise de resíduos de agrotóxico em água no Distrito Federal, financiado pelo FAP. Está aqui presente o nosso coordenador, Professor Juliano, da UnB, também nos prestigiando. Faço essa ressalva aqui.

Tentamos trazer aqui para os senhores uma análise mais detalhada da nossa realidade no Distrito Federal. Pegamos alguns estudos que foram desenvolvidos por um grupo de especialistas coordenado pelo Ministério Público do Trabalho para trazer um pouco desses dados do Distrito Federal e subsidiar o nosso debate.

A primeira apresentação que a gente quer demonstrar aqui é que, entre os anos de 2008 e 2013, o Distrito Federal teve um aumento de 63% no consumo de agrotóxico por unidade de área, ou seja, por hectare. Saiu de 7,64 para 12,49 em média. No mesmo período de 2008 até 2013, nós tivemos um aumento de 3.519% no registro de intoxicação a cada 100 mil pessoas no Distrito Federal. São dados que vêm do cruzamento da VSPEA – Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde, e também do GETRIN – Grupo de Trabalho Interinstitucional.

Observamos, também, a partir da análise desses dados, que vocês podem ver nesse gráfico, uma correlação perfeita entre o aumento de uso de agrotóxico por unidade de área e o aumento de intoxicação das pessoas. Então, existe uma correlação de mais de 85%, que é a taxa mínima de correlação científica entre esses dados. É importante a gente destacar, então, que a agricultura do DF, apesar de ter adotado, nos últimos anos, a agricultura orgânica e a agrícola, do ponto de vista

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		11

da unidade produtiva, ela intensificou o uso de agrotóxicos. E a tecnologia utilizada na produção desses produtos, de forma alguma, reduziu ou até manteve a mesma quantidade de agrotóxico em cada unidade de área plantada. Isso é um desafio que nós temos que discutir e aprofundar.

Sobre o gênero dos intoxicados, 76% das pessoas que foram registradas com intoxicação são homens, e 24%, mulheres, sendo que, nesse período, a notificação de mulheres cresceu mais de 400%. Isso dá um indicativo de que os trabalhadores do campo masculinos, homens, é que estão sendo mais vítimas dessas intoxicações. Então, é importante até a presença aqui da CUT, dos sindicatos para tentar considerar esses dados nas suas estratégias de preservação e promoção da saúde no campo.

Quem está sendo atingido além de homens e mulheres? Existe uma análise de que menores de 10 anos já são 14% das pessoas contaminadas. Fazendo um destaque, isso são contaminações agudas, aquelas em que foi conseguido identificar no momento a questão da contaminação. Não é aquela crônica. Raramente tem aí intoxicação crônica. Mas, se se somarem menores de menos de 10 anos de idade com de 10 a 19 anos, já dá uma quantidade significativa de 26% das nossas crianças e adolescentes sendo contaminados por agrotóxicos no Distrito Federal, Deputado.

Isso é uma coisa muito grave. Isso provavelmente, segundo os estudos, tem a ver também com a lavagem de EPI – equipamento de proteção individual, com a falta de tratamento adequado da roupa que é utilizada ou qualquer outro tipo de organização do processo de trabalho em que também há uma exposição dessas crianças. Então, é importante a gente verificar isso. Você soma aí também pessoas de 20 a 34 anos, 40%; de 35 a 49 anos, 21%. Então, nós temos que praticamente de criança até trabalhador na sua atividade produtiva, na sua idade produtiva, são os mais atingidos pela questão da contaminação por agrotóxicos no Distrito Federal.

Dos agrotóxicos, 4% são herbicidas, cianetos, organofosforados, carbamatos. Quero chamar a atenção para isto: 60% dos agrotóxicos não conhecidos são responsáveis pelas intoxicações que foram verificadas aqui no Distrito Federal, o que aponta uma deficiência muito grande ainda no processo de notificação, de conhecimento, de construção dessa realidade.

Um fato que me chamou muito a atenção também é a geografia da intoxicação por agrotóxico de uso agrícola no Distrito Federal. Reparem que, iniciando pelo Lago Sul, nós temos uma ocorrência de 1% das intoxicações e, à medida que a renda vai caindo, nós temos um aumento também da participação dos locais de intoxicação e também uma certa afinidade com a área agrícola do Distrito Federal. Então, Lago Sul, 1%; Sobradinho I e II, 1%; São Sebastião, Santa Maria... Ceilândia, 3%; Samambaia, 4%; Núcleo Bandeirante, 5% – e aí vem estourando –; Taguatinga, 8%; Paranoá, 9%; Brazlândia, que é o maior polo produtor hortícola do Distrito Federal, responsável por 15% das intoxicações do Distrito Federal; e, por último, Planaltina, com 31% das intoxicações do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 12

Então, a gente vê não só essa construção da área agrícola, como a questão da pobreza, ou seja, o agrotóxico não atinge igualmente a população do Distrito Federal; aqueles que são mais pobres, que residem em regiões mais pobres, são percentualmente os mais atingidos pela contaminação do Distrito Federal, segundo esse estudo.

Esse é um trabalho que acabamos de apresentar aqui no 7º SIMBRAVISA – Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e Ambiental, que terminou ontem, em Salvador, na Bahia. É o principal simpósio científico brasileiro, no qual se analisa a questão da vigilância em saúde no Brasil. Nós apresentamos esse trabalho, em que conseguimos fazer correlação entre intoxicação e culturas.

Então, em primeiro lugar, no Brasil inteiro, vem o fumo; em segundo, o café; depois, soja e milho; em seguida, citrus e cana de açúcar. E, aí, nós vemos tomate, feijão, arroz e uva. Aqui no Distrito Federal, temos um bom estudo, que pode nos dar uma base sobre a estratégia da vigilância ambiental e também a vigilância em saúde, em cima dessas culturas. Temos soja, milho, se não me engano um pouco de café, temos tomate. Assim, é importante que a gente possa fazer também uma estratégia de análise da capacidade de intoxicação que essas culturas representam.

No tocante à nossa área, as hortaliças, também identificamos... E esse trabalho está sendo publicado agora pela Universidade de Brasília, em um livro do Observatório das Políticas da População do Campo e da Floresta, já aceito – está no prelo. Nele também foi feita uma análise da correlação entre a cultura de hortaliças e a capacidade dela de intoxicação.

Então, nós vimos aí que, entre os anos de 2007 e 2012, no Brasil, o tomate foi responsável por 45% de todas as notificações de intoxicação por agrotóxicos, o que casa, inclusive, com um índice de 114 quilos de agrotóxico por hectare. É a cultura campeã de uso de agrotóxico por hectare no Brasil. Para vocês terem uma ideia, fazerem um paralelo, a soja usa aproximadamente 16 a 19 quilos de agrotóxico por hectare e o tomate, 114! Seguindo, depois do tomate, batata, cebola, morango – uma cultura bastante produzida no Distrito Federal –, melancia, alface, couve e pepino. Podemos ver até o pimentão, que está entre as dez culturas bastante produzidas aqui no Distrito Federal.

Então, mais um indicador para que possamos fazer uma vigilância sanitária integrada com esses elementos que sinalizam, então, uma estratégia mais eficiente para evitar a contaminação dos trabalhadores e do meio ambiente.

E aí nós temos aquela velha fábula: a gente come a maçã, mas não sabe que ela está envenenada; comemos os produtos, mas não sabemos que estão envenenados.

Puxando aqui para a nossa realidade, junto à UnB, à Embrapa, ao Instituto Federal do Brasil, estamos com um desafio agora que é o de tocar esse projeto, chamado Rede EduTec Água – Gerenciamento Sustentável – Saúde, Educação e Remediação, em que temos uma equipe multidisciplinar de químicos, físicos,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13	

engenheiros ambientais, agrônomos, médicos, geógrafos – alguns deles estão aqui, inclusive –, contribuindo e participando com essa audiência pública, na tentativa de construir um cenário – alguns dados já estou passando aqui – da realidade do uso de agrotóxicos no Distrito Federal. Também peço o apoio da Câmara Legislativa para a construção do nosso Centro Avançado de Análises Toxicológicas e Ambientais do Distrito Federal, já que temos também uma deficiência de estrutura nessa área e é imprescindível que construamos uma estrutura de análise, com participação popular, creditável, para dar base às ações de vigilância e fiscalização no Distrito Federal. São essas as entidades que estão participando.

Como recomendações finais – é importante construirmos a transição agroecológica para frutas, verduras e legumes –, há a perspectiva de em dez anos abolirmos o uso de agrotóxico aqui nesse segmento de produtos; fortalecermos ações de rotulagem, garantindo o direito do consumidor; isentarmos a merenda escolar dos agrotóxicos e de haver vigilância integrada com controle social, restrição e regulação dos monocultivos e regularização e fiscalização da água.

Quero agradecer a oportunidade novamente. Estamos à disposição dos demais órgãos e entidades que aqui estão para debater com mais detalhes esses dados que apresentamos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Vicente.

Quero registrar a presença do Alídio de Melo Pires, Diretor de Relações Institucionais da FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal; do Maurício Garcia, Diretor da Associação de Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal; do Marcos Franco de Paiva Araújo, engenheiro agrônomo da seção de agroqualidade da Ceasa/DF; do José Mario, executivo nacional do MLT – Movimento de Luta pela Terra; do Diogo Da Matta Garcia; Secretário-Executivo da Frente Parlamentar Ambientalista do Distrito Federal e assessor do Deputado Distrital Joe Valle; da Cláudia Magalhães, Diretora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; do Fernando Cezar, Vice-Presidente da Federação de Agricultura do Distrito Federal; da Iara Ervilha, Analista de Políticas Sociais do Ministério da Saúde; e do Kleber Souza dos Santos, Conselheiro do CREA/DF. Registro também a presença do meu companheiro de bancada, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Wasny de Roure. Também passaram por aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Chico Leite.

Ouviremos agora o Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal, Sr. Geovani Muller.

SR. GEOVANI MULLER – Boa tarde, Deputado e demais componentes da Mesa. Estou me sentindo como um peixe fora d'água aqui, mas não posso me furtar da responsabilidade de colocar algumas palavras, até porque acho que se a gente não falar nada, não vai nem haver debate.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	14		

Vejo que todos aqui são bastante contra o agrotóxico. Parece-me que os números – até preparei um discurso – são todos fraudados; ninguém confia em nada. Então, o que eu posso dizer?

Embora todos aqui sejam contra, eu me sinto bastante à vontade para falar sobre o agrotóxico, porque fui criado na agricultura. A minha casa fica a 5 metros – é só atravessar a estrada – da área plantada. A água não tem tratamento. Lá, não existe Caesb para tratá-la. Nós pegamos a água da cacimba, a 50 metros da área irrigada com pivô central. Cultivamos durante o ano todo, com o uso de agrotóxicos. Todo ano é feita a análise dessa água pela própria UnB e Embrapa, e até hoje não houve contaminação. Todos esses números de contaminação... Eu realmente não sei o que está acontecendo. O rapaz acabou de falar aqui em 100 quilogramas de agrotóxico por hectare, no tomate. Pelo amor de Deus! Manda matar esse cara que está fazendo isso, porque não tem condições! Vai matar todo mundo! (Palmas.) Não tem jeito!

Deputado, nós temos que breocar o uso indiscriminado. Mas o que é o uso indiscriminado? De 2007 a 2013, aumentou em 60% o uso de agrotóxico no DF. Realmente, deve ter aumentado. Com certeza. Talvez até mais. Nesse período, Deputado, consolidamos a safrinha no Distrito Federal. São duas safras por ano. Aumentou talvez 200% ou 300% a área irrigada. São três safras por ano. São três, enquanto, nos Estados Unidos e na Europa, é uma, pois eles têm gelo, que mata tudo de praga e doença. Nós aqui estamos em crescente evolução. Todo dia, estão crescendo as pragas e doenças.

Eu fico chocado quando a pessoa vem me falar de 7,3 quilos de agrotóxico *per capita* no Brasil. O que é isso? Estou comendo, bebendo veneno? Estou comprando na caixinha? Pelo amor de Deus, gente! O Brasil consumiu 7,3. A situação é diferente. Nós estamos usando esse produto para exportação. Quantos milhões de toneladas nós exportamos? Alguém comeu isso aí? Alguém comeu esse produto? Parece que eu estou despejando em cima das hortaliças o produto!

Outra situação: embora tenham surgido os orgânicos, aumentou o uso de agrotóxico. Deputado, vários produtos que nós utilizávamos até 2005 e anteriormente ainda, quando eu plantava minha soja, meu milho, eu passava esse produto, e ele matava tudo. Era uma tranquilidade, eu vou falar para o senhor. Era uma tranquilidade total a agricultura. Hoje não. Os produtos são totalmente seletivos. Se eu tenho cinco lagartas, para cada uma eu tenho que usar um produto. É lógico que eu vou usar mais produto, mas totalmente mais saudável, seguro para a população.

Contudo, nós não podemos nos furtar à responsabilidade se há um aplicador fazendo errado. De repente, é um da agricultura familiar com uma costal com um reparo vazando nas costas. Pode estar acontecendo. Está sendo feita análise de quem é que está se contaminando?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 15

Como eu disse, Deputado, eu estou todo dia na roça. Todo dia, eu mexo com veneno. Para o meu aplicador – a gente faz teste lá em Tabatinga, a gente mora lá –, o médico chegou a falar para ele que ele podia beber agrotóxico de tão saudável que ele estava. É brincadeira. Falei: não fale isso para ele, que ele vai acreditar.

Então, o agrotóxico tem a maneira certa de ser utilizado, e nós não podemos nos furtar também à responsabilidade. Quando se fala em segurança alimentar, Deputado, segurança alimentar não é só alimento livre de resíduos. Nós temos que produzir alimento.

(Manifestação da plateia.)

SR. GEOVANI MULLER – Não, não é verdade. Realmente não é.

Nós temos que produzir alimentos, Deputado. É muito melhor termos um alimento produzido com agrotóxico e seguro – seguro, não estou aqui dizendo que se tem que usar indiscriminadamente, não, mas nós temos que ter o que comer.

(Apupos na galeria)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Presidente do Sindicato Rural do DF, Geovani Muller.

A gente até pode discordar das intervenções, mas a gente tem que respeitá-las. Então, peço a vocês um pouco de paciência e educação com as pessoas que estão aqui para intervir, enfim, com as autoridades aqui presentes.

Lembro que a gente ainda está colhendo inscrições para a plenária – para quem quiser fazer uso da palavra por três minutos – aqui com a Rafaela, aquela moça ali.

Concedo a palavra agora ao Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural Secretário, Dr. José Guilherme Leal.

SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Boa tarde a todas e todos.

Cumprimento o Deputado Ricardo Vale pela oportunidade e iniciativa de promover esse importante debate para Brasília e para o setor rural do Distrito Federal. Também cumprimento o Deputado Wasny de Roure e todos os demais membros presentes à Mesa, representação dos produtores rurais, representação dos movimentos sociais, nossa equipe técnica, tanto da Emater como da Secretaria da Agricultura aqui presente, os demais representantes de outros órgãos e membros da sociedade civil.

O debate começou a esquentar. Eu acho que é importante verificarmos as várias informações. Muitas vezes, não temos clareza na questão de saber onde estão os principais problemas relacionados ao uso de agrotóxicos, por dados inconsistentes, dados desconstruídos. E é importante que a gente aprofunde, tanto os órgãos públicos como a representação de todos que trabalham com agricultura, para identificar realmente o problema e atacar as questões relacionadas a ele.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 16

O problema está no produto? A doutora questionou talvez a metodologia de registro, mas a legislação brasileira, assim como a legislação internacional, é bem, vamos dizer, cuidadosa com a questão do registro do agrotóxico. Você tem a competência da Anvisa, que é a nossa área de saúde, o órgão federal, que faz a avaliação, as competências do Ibama, da área de meio ambiente, e a competência do Ministério da Agricultura, responsável pela eficiência agronômica. Eu acho que isso tem que permanecer dessa forma. Existe a necessidade da avaliação ambiental, avaliação da saúde e avaliação da eficiência agronômica, claro.

Então, o registro do produto tem uma metodologia, uma lógica e a possibilidade de revisão. O Brasil tem avançado em revisões, inclusive, substituindo produtos que, num determinado momento da análise, indicavam alguma segurança. Você avança nos estudos e identifica que aquela segurança avaliada cinco, dez, quinze anos antes já não é a mesma verificada, existem outras evidências. Existe um procedimento de substituição desses produtos. O Brasil tem avançado nisso. Pode não ser na velocidade que alguns possam considerar ideal, mas existe essa possibilidade, e isso tem acontecido.

Além do produto registrado, você pode ter a questão da utilização, e nós vamos ver que passa pela venda, ou comércio, orientação técnica correta e a própria utilização.

Aí nós temos a questão da dosagem, que pode ser bem feita ou pode ser mal feita, e os cuidados com o aplicador, que talvez seja o produtor rural. O trabalhador é o indivíduo mais sensível nesse problema porque ele está em contato com o produto concentrado. E depois a utilização do alimento, ou mesmo que não seja alimento, você tem o período de carência. Isso tem que ser observado e pode ou não estar sendo observado. E depois a questão das embalagens, que também podem ser fontes de contaminação, se não for feito o descarte adequado.

Então, existe todo um regramento que é complexo. Se ele for bem feito, existe uma segurança relativa. Se for mal feito, a gente pode ter problema. Realmente há situações – e há vários dados – do uso totalmente inadequado do agrotóxico. E aí é problema para a saúde, para meio ambiente, inclusive para a agricultura. Você usa mal o produto, você gasta mais e causa mais desequilíbrio, é o maior problema.

Existe o uso adequado, mas desnecessário. Eu acho que é nessa linha que a gente tem que começar a entrar, Deputado. Ele está respeitando o período de carência, está usando a dose certa, mas será que era o momento de realmente fazer uma aplicação? Você não tem outras tecnologias que possam ser agregadas para reduzir a necessidade do uso? Isso existe. Nós já temos aqui no Brasil todo e no Distrito Federal um avanço nessa linha, mas é um ponto em que a gente pode avançar ainda mais: usar outras tecnologias que não só a tecnologia da aplicação do agrotóxico para o manejo fitossanitário. E o uso mais técnico, que é dentro do manejo integrado de praga, falando da agricultura convencional. Lógico, quando a gente for falar da agricultura orgânica, aí há outra sistemática.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17

Em relação aos dados de 2015, realmente a gente tem dificuldade até nessa estatística quanto à quantidade utilizada no Brasil. No Brasil dá 887.600 toneladas – em 2015. No Distrito Federal, a gente tem um dado que precisa ser checado – a gente pode, depois, fazer uma interação –, de que caiu para 1.120 toneladas, em 2015. Isso vai dar em torno de 4 quilos e meio por hectare agricultável no Distrito Federal. Mas, como eu falei, esses dados são precários, e a gente podia realizar um trabalho junto com a Embrapa, junto com a UnB, para fazer uma checagem, porque ter uma estatística correta é importante para o direcionamento de políticas públicas.

Já falei da legislação. Ela é federal, ela dá competência aos órgãos federais, para o registro, a fiscalização das indústrias e também a importação dos produtos. Nós, os entes estaduais, temos a reponsabilidade do registro dos estabelecimentos comerciais, da fiscalização desse comércio e do uso – tanto a Secretaria de Agricultura, pela área da agricultura, como o IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, na área ambiental, como a Vigilância Sanitária, na área da saúde.

Há um dado interessante: hoje, nós estamos com 22 estabelecimentos comerciais autorizados, mas o Distrito Federal já teve 300. Há uns cinco, seis anos, existia, realmente, pouco rigor nesse controle. Isso avançou: hoje, nós temos o controle das lojas. Ainda precisamos avançar na parte da fiscalização. A Secretaria de Agricultura faz o trabalho de fiscalização do comércio e faz a fiscalização do uso, também, junto aos produtores.

Já foi falado aqui dos dados da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os dados do PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Essa divulgação pegou de 2013 a 2015. Eles mudaram a metodologia, que, agora, traz os dados para o risco agudo – que foram os dados colocados aqui, perto de 2%, um e pouco por cento para o risco agudo de contaminação.

A gente, na verdade, tem que se debruçar sobre esses dados. Assim como existiam críticas à informação anterior, ao jeito como isso era divulgado anteriormente, você não pode também pegar os dados e dizer que está tudo bem. É preciso interpretar os dados corretamente. Nós não podemos baixar a guarda. São produtos que precisam de cuidados, mas os dados têm que ser analisados de uma forma técnica e com embasamento científico, para que a gente possa direcionar o trabalho das políticas públicas.

Falando das ações da Secretaria, e já indo para o encerramento, nós temos, além da responsabilidade pela fiscalização do comércio e do uso, a linha do fomento a uma agricultura mais sustentável. Nós lançamos nesse ano o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do DF, para os produtores convencionais – e não para os produtores orgânicos, porque aí há uma outra lógica – poderem se certificar quanto ao uso adequado de insumos e ao respeito à legislação ambiental.

A gente tem resultados desse trabalho de boas práticas em outros estados. Você consegue reduzir, por exemplo, como eu vi em São Paulo, de vinte aplicações para uma agricultura de morango, para quatro aplicações durante o ciclo. Então, dá

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º	12	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18	

um resultado importante. Esse é um programa que foi lançado esse ano. Nós já estamos com alguns agricultores certificados, e temos a meta de avançar.

É importante o trabalho que a gente faz no fomento à agricultura orgânica. Interessante é que, quando a gente avança na agricultura orgânica, que desenvolve tecnologia e apropriação de tecnologia, acaba havendo a possibilidade de troca com a agricultura convencional. Isso contribui, também, para redução do uso de agrotóxicos.

O Rodrigo vai falar, mas a Emater faz o trabalho de capacitação dos produtores. Junto com a saúde, é feito exame de sangue para o monitoramento – já existe um histórico grande. Faz-se a mobilização com os produtores, principalmente os produtores familiares, para recolhimento de embalagem de agrotóxico, ajudando na logística reversa. Isso é uma realidade que a gente pode ver que melhorou muito em Brasília. Quem andava no campo há 20, 25 anos, topava com embalagem de agrotóxico para todo lado. Hoje, não é que não haja, mas já é exceção quando você encontra alguma embalagem exposta no meio ambiente. Isso é um trabalho que a gente reporta que deu bastante resultado.

Além disso, Deputado Ricardo Vale, nós estamos também nas ações preparatórias para Brasília receber, no ano que vem, o Congresso Brasileiro de Agroecologia. Já tivemos o apoio de V.Exa., inclusive com uma emenda para fomentar esse trabalho. Brasília vai receber esse evento, e é importante que tenhamos um resultado a mostrar.

Falou-se aqui da questão das compras públicas. Hoje, no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal, já trabalhamos com um valor entre 18% a 20% de produtos orgânicos. Homologamos agora a Cesta Verde Orgânica, isso tudo num trabalho de fomento da agricultura orgânica.

Indo para as propostas, temos trabalhado com a possibilidade de instalação de uma indústria de produtos biológicos aqui no Distrito Federal. Trazendo empresas dessa linha de produtos biológicos e de controle biológico, conseguimos fomentar também a adoção dessas práticas ao redor. E o Distrito Federal tem uma logística importante que pode receber essas empresas.

É importante que melhoremos a questão do monitoramento dos resíduos agrotóxicos. Então, nós estamos começando um entendimento com a Ceasa e com a Feira da Ceilândia para o monitoramento e estamos amarrando as parcerias com o Ministério da Agricultura e com a Anvisa para avançarmos e termos um pouco mais de informação sobre o monitoramento.

É importante que ajudemos os produtores com um sistema de monitoramento de pragas, porque, fazendo o monitoramento da ocorrência de pragas, podemos ter uma redução do uso dos agrotóxicos. Pelo nosso tamanho, podemos ter um sucesso nessa linha.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19	

O reforço da assistência técnica direcionada à agricultura orgânica e aos programas de boas práticas agropecuárias e também o manejo integrado de pragas são muito importantes.

Vou falar de um último ponto, já encerrando, Deputado: a implantação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica. Volto a pedir apoio, estão em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 587, de 2015, apensado ao Projeto de Lei nº 125, de 2015, e enviado pelo Governador Rollemberg no ano passado. Gostaríamos muito de contar com o apoio de V.Exa. na aprovação desses projetos para que realmente possamos implantar a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica, que, com certeza, vai contribuir também com a redução do uso de agrotóxicos no Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Secretário José Guilherme.

Deputado Wasny de Roure, isto é regimental: quando quiser fazer uso da palavra, é só nos avisar.

Quero registrar a presença do Sr. Coordenador Executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, Ademir Silva, e do Sr. Coordenador de Projetos da FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Juliano Chaker.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Gostaria de cumprimentar a Mesa, uma Mesa com pessoas bastante habilitadas nessa matéria, pelo que estou ouvindo. Cumprimento também o Sr. Secretário, cada um dos integrantes da Mesa e todas lideranças da sociedade civil aqui presentes.

Eu não vou poder ficar muito tempo, Deputado Ricardo Vale, mas queria cumprimentar V.Exa. Esse é um tema extremamente relevante. Logo no meu primeiro mandato, lembro-me de que nós fizemos esse debate, produzindo a primeira iniciativa dessa natureza nesta Casa, que veio a se transformar em lei. Acho que V.Exa. captou o anseio cada vez mais crescente da sociedade consumidora de produtos agrícolas no Distrito Federal.

É muito comum tratarmos disso, cada vez mais vemos produtos orgânicos, até mesmo os supermercados possibilitam essa opção. Acho que V.Exa. está abrindo um espaço muito oportuno. Quando recebi no meu gabinete uma comissão que ajudou nos preparativos desta audiência, fiquei extremamente feliz.

Eu queria dizer que é bastante oportuno essa geração nova de Parlamentares aqui na Casa abraçar essas bandeiras que têm sido tão negligenciadas, por vários fatores, por interesse das mais diferentes ordens. E acho até que, se V.Exa. for depois dar desdobramento, caberia a criação de uma frente parlamentar ou a utilização da frente presidida pelo Deputado Joe Valle, que é a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20	

ambientalista; mas acho que nesse tipo de assunto caberia uma frente específica para dar desdobramento a alguns temas específicos, a alguns problemas relevantes, coisas dessa natureza.

Há aqui alguns movimentos sociais. Eu me lembro quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST fez uma das ocupações da Toca da Raposa – parece-me que foram quatro. Quando eles foram visitar o galpão do fazendeiro, era um galpão que estava cheio – não sei a quantia, mas não era pequena – de um agrotóxico chinês. Você estava lá, Vicente? Meia tonelada – o Vicente está dizendo. E isso é incrível porque a terra não fazia a divisa com o Parque de Águas Emendadas, pois a rodovia passava ali; mas, pelo declive, as próprias águas pluviais eram suficientes para atingir o Parque.

Então, Sr. Secretário, essa postura da Secretaria tem que ser bastante vigilante para que possamos também oferecer segurança para os produtores rurais, porque quem mais está exposto nesse primeiro momento é quem manuseia o produto. O Presidente da Associação dos Produtores falou: não se trata de ser contra ou a favor. Trata-se de usar, quando necessário, mas usar da maneira mais adequada, e não de maneira imprudente. Muitos trabalhadores que não foram preparados para fazer o manejo do produto estão expostos e depois pagam com a sua própria vida.

Eu estou dizendo isso porque tenho amigos, familiares que perderam suas vidas pelo uso, manuseio indevido do agrotóxico etc. Então nós todos, por não conhecermos as implicações, quando vamos comprar um produto agrícola, principalmente hortifrutigranjeiro, ficamos apreensivos sobre se estamos levando um produto sadio ou se estamos sendo vetores de um produto que vai trazer desdobramentos indesejados.

Eu sei da preocupação dos agricultores. Eles estão muito expostos ao risco. É uma das atividades de mais alto risco. Minha vida profissional foi no âmbito do Ministério da Agricultura, na antiga Comissão de Financiamento da Produção. Essa é uma variável que afeta diretamente a produtividade. Ninguém está aqui para condenar esse ou aquele, mas nós estamos aqui para tornar um país que hoje é um dos destaques da agricultura ocidental...

Sem dúvida, o Brasil é hoje um dos países com os maiores índices de produtividade, mas esta desta comissão é uma preocupação que, sem dúvida nenhuma, nós temos que ter. Eu tento combater os pulgões que tenho lá em casa e não dou conta, porque vou usar água e fumo ou água e sabão, que é o ensinamento doméstico, que a gente aprende com a mãe da gente.

Então essas coisas eu reconheço que são preocupantes. Por exemplo, no pedacinho de chão que tenho, eu já não mais planto laranja, porque laranja é sinal de cancro. Você não consegue vencer aquilo lá. Então é preferível nem plantar. Mas reconheço que, como vocês estão submetidos a isso e vivem disso, a gente tem que ter o maior respeito. Mas o respeito também é a preocupação com o coletivo. O

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		21

respeito também é a informação, a difusão da informação e a devida orientação àquele que manuseia o produto.

Isso é extremamente importante! Particularmente essa coisa dos vasilhames que são utilizados e como se dá o seu descarte depois. Então, há uma série de detalhes de que eu não me sinto preparado para falar. Eu vim, Deputado Ricardo Vale, acho que nós precisaríamos ter mais Deputados aqui para ouvir sobre este tema, por se tratar de um debate de extrema relevância.

Parabéns a V.Exa. e a sua assessoria por estar nos proporcionando uma tarde de aprendizado.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, que desistiu de plantar mandioca lá na terrinha dele, porque não estava conseguindo cultivar. Eu acho que mandioca não precisa de agrotóxico não.

Agradeço aqui ao Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF, José Guilherme Leal, que tem outros compromissos. Ele já havia nos avisado. Mais uma vez eu agradeço a sua presença.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Sindgrãos, Paulo Roberto Sousa, a quem agradeço a presença também.

SR. PAULO ROBERTO DE SOUSA – Boa noite, Deputado Ricardo Vale. Fico imensamente agradecido pelo amável convite para participar deste encontro. Saio daqui hoje convencido de que cada dia mais esse segmento do agronegócio está enfrentando dificuldades, não somente com agrotóxicos, mas com problemas, inclusive, alérgicos. O que se tem verificado, pelo menos da parte do nosso segmento, que é o da indústria, é que sempre está sobrando para a indústria. Não como produtor de agrotóxicos, mas como comerciante de produtos de origem do setor agrícola. Nós, que somos empacotadores em Brasília, quando recebemos o convite do Deputado, até nos sentimos prestigiados. Porque normalmente essas medidas são tomadas sem que se ouça o segmento. Neste caso específico, realmente está sobrando para o comerciante final.

Em toda essa política dá para perceber a dificuldade que se tem desde a sua origem. Na verdade, quando se pega o projeto, sobra para nós que industrializamos e comercializamos. E realmente nós temos dificuldades. A dificuldade que vocês têm triplica, porque nós dependemos do diagnóstico de vocês.

Então, muito salutar este encontro para nos alertar, para nos dar uma orientação, porque a preocupação maior é a saúde do povo. E essa preocupação me parece que é de todos. Por mais que cada um tenha um ponto de vista, as divergências são salutares. Mas hoje, com o diálogo, com um encontro bem amável,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		22

o que a gente espera é poder colaborar com vocês e com essa política, até o momento em que tudo estiver definido.

Eu vou citar um momento típico para o empacotador. Aqui no próprio projeto diz que nós teríamos que, principalmente dizer da obrigatoriedade da indicação sobre a presença de agrotóxico. Você imagina uma empresa que compra de terceiros, que compra lá do Paraná, que compra de todo o Brasil. Quem produz aqui, a indústria de Brasília, teria a maior dificuldade, porque não temos um laudo que diz se o produto vem com agrotóxico ou sem agrotóxico. Quando nós tivemos a primeira conversa com o Deputado e sua assessoria, até procuramos dar uma solução.

Para o segmento dos orgânicos, a comercialização é muito menor do que numa escala industrial. Então o custo para uma empresa adequar as suas embalagens sem segurança... Porque não se tem uma análise, não se tem laboratório suficiente para dar um parecer desde a origem até o empacotamento final. Nós encontraremos sempre dificuldade. Vários aqui também citaram que os laudos não são confiáveis. A verdade é essa.

A sua empresa, com a maior boa vontade, querendo fazer tudo certo, manda fazer uma análise, e não bate com o que veio da origem. Só que o de lá não é cobrado, mas nós do Distrito Federal somos, e a fiscalização é rigorosa.

Eu só peço, Deputado, antes de definir algo – eu já vi que esse debate ainda vai render bastante –, que a gente continue participando, colaborando no que for possível. Colocamo-nos à disposição. As dificuldades que nós temos e vamos ter, vamos trocar ideia, eu acho que o somatório é dos dois lados.

Estaremos sempre presentes e sempre agradecendo a boa conduta dos trabalhos a que você tem procedido aqui em Brasília.

Muito agradecido a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Dr. Paulo Roberto, Presidente do Sindigrãos. Passo a palavra para o Sr. Diretor-Executivo da Emater, Rodrigo Marques.

SR. RODRIGO MARQUES – Boa tarde a todos. Eu sempre gosto de agradecer primeiro a Deus pelas oportunidades que me são dadas. Eu quero iniciar essa conversa ressaltando que essa questão dos agrotóxicos tem que ser tratada com muita responsabilidade pela sociedade.

E aí eu já parabeno o Deputado pela iniciativa de trazer para esta Casa a discussão. A gente tem que levar em conta vários fatores, não somente a qualidade do alimento, o que é muito importante, mas a disponibilidade também desses alimentos.

A gente tem de lembrar também que os nossos produtores, de sessenta anos para cá aproximadamente, foram todos induzidos a utilizar insumos químicos na agropecuária. Para se mudar um método de trabalho, isso tem que ser gradativo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	23

A Emater trata isso como transição agroecológica, que é um processo, mas tem que haver mudanças, sim, e ela é importante.

Nós temos vários modelos, na extensão rural, de pessoas que fizeram essa transição. Eram produtores que utilizavam esses insumos químicos em toda a produção e, no decorrer do processo, orientados pela assistência técnica de extensão rural, foram mudando seu modo de produção, e hoje são produtores orgânicos ou agroecológicos. Nesse tema, nessa perspectiva, a Emater trabalha em duas frentes básicas. A primeira é a promoção da agroecologia e da agricultura orgânica. A segunda é no uso racional dos agrotóxicos. Para isso, ela tem diversas ações.

Falar depois do Secretário é difícil porque ele já foi contando tudo o que o sistema da agricultura faz, então a gente só vai completar. Uma delas é a questão do manejo integrado. Eu, como agrônomo, tenho a experiência lá em Tabatinga, das propriedades em que a gente atuou com o manejo integrado.

Na época áurea da ferrugem, ela estava atacando todas as lavouras de soja, os produtores usavam de cinco a seis aplicações para conter essa doença. Com o manejo integrado, com acompanhamento junto ao produtor pelo extensionista rural, você consegue identificar a melhor fase para fazer a aplicação, e isso diminui o número de aplicações, então diminui o uso de agrotóxico. A gente reduziu de seis aplicações para duas numa safra, além de trazer, lógico, ao produtor uma maior rentabilidade.

Entre outras ações que a Emater executa ano a ano está capacitação. Este ano, em 2016, a gente já capacitou em torno de cem agricultores e trabalhadores rurais no uso adequado de agrotóxicos, como manejá-los, no uso de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual. Então, a gente faz diversos cursos, faz diversas capacitações, e todas com prática. Acho que alguns produtores que estão aqui presentes já devem ter participado de alguns cursos; se não, a gente vai organizar um para vocês.

A Emater também, com a saúde, promove anualmente exames de acetilcolinesterase, que é exatamente para verificar como esses agricultores estão suscetíveis ao uso de agrotóxicos. Portanto, a gente tem que utilizar os dados que os pesquisadores apontaram mais esses dados que a extensão rural tem para a gente fazer uma análise completa da situação.

Como o Secretário mencionou, nós temos o programa de qualidade no campo, que inclui o BPA – Boas Práticas Agropecuárias, o Pró-Folhosas – Programa de Saneamento da Produção e Distribuição de Hortaliças Folhosas no Distrito Federal, que são programas em que a Emater, a Seagri, a Embrapa, vários órgãos, participam para a gente melhorar as condições do produto, da qualidade do produto.

E aí a gente tem que lembrar que o que aflige o produtor não são somente os químicos, tem os efeitos biológicos. Por exemplo, um tomate colhido em contato com o solo pode ser contaminado biologicamente. Então, são vários os fatores de contaminação, e a gente tem que tomar cuidado com isso. Portanto, a Emater atua

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	24

nesse programa para que o produtor tenha boas práticas na produção, boas práticas na colheita, boas práticas no transporte, a fim de evitar exatamente a contaminação dos alimentos que vão chegar ao consumidor final.

Como o Secretário citou, anualmente a Emater, o Sistema Agricultura, Seagri, em conjunto com a AEAR, que não é Associação dos Engenheiros Agrônomos, e sim associação das revendas de agrotóxico, promovem a campanha de coleta de embalagens. Como o Secretário citou, entrei na Emater em 2006, e em 2006 teve uma cena que me marcou muito lá no Pípiripau. Quando eu passava na estrada, o bacião, que é para acumular água, não estava acumulando, estava acumulando embalagens de agrotóxicos. Graças a Deus, essa cena eu não vi mais.

Nós estamos em 2016, e a Emater trabalha com muito afinco nisso, o Sistema Agricultura todo, e acho que conseguimos reduzir. Como o Secretário disse, ainda existem casos e a gente ainda vê embalagens dispostas aí de maneira inadequada, mas, nessas campanhas, a Emater promove a capacitação do produtor para o tratamento dessa embalagem de modo que seja descartada de forma adequada.

No começo da gestão atual da Emater, a gente estabeleceu algumas metas para indicadores de resultado, e um desses indicadores é o ambiental. Ele trata exatamente das propriedades que têm práticas sustentáveis. Então, acho que todo órgão público devia dar ênfase ao acompanhamento não só dos esforços, mas dos resultados. A Emater tem feito isso, implantou esse indicador, que é um indicador que acompanhamos mensalmente com nossos colaboradores, com nossos extensionistas, para chegar ao máximo de propriedades que têm maiores práticas sustentáveis.

Por último, tanto a extensão quanto a pesquisa, têm que estar sempre buscando tecnologias novas para diminuir o uso. A gente tem todo ano lá na AgroBrasília demonstrado algumas dessas tecnologias, mas isso tem que ser buscado com mais ênfase para que a gente possa realmente reduzir o uso de agrotóxicos na agricultura, contudo dando ao produtor a condição de produzir o alimento. Aí eu vou citar aqui o Padre João, porque acho que toda a forma de pesquisa é válida e tem que ser comparada.

Eu não descarto a pesquisa apresentada pela Anvisa. Eu acho que a gente tem que aproveitar todas as formas de dados, tem que analisá-los, com certeza, mas tem que utilizá-los e fazer realmente uma comparação, uma discussão sobre eles.

Concluo dizendo que a gente tem sempre que buscar, como eu disse a vocês todo o tempo, a melhoria da qualidade do produto final para o consumidor e a melhoria da qualidade – isso é essencial – de vida do produtor rural. Não adianta simplesmente falarmos que vamos parar de usar agrotóxico. Isso não vai acontecer de uma hora para outra, temos que trabalhar isso. A transição ocorre de maneira gradativa, responsável e gradual. Mas tem que ocorrer, sim. Tem que ocorrer a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		25

melhoria da qualidade da produção, os produtores têm que utilizar novas tecnologias para que possam produzir alimentos de mais qualidade.

É isso. Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Marques, diretor executivo da Emater.

Concedo a palavra ao representante do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária, Sr. Tatiano Tavares.

SR. TATIANO TAVARES – Boa tarde. Fidel vive! Fidel está vivo naqueles que querem continuar praticando a solidariedade como forma de vida.

Produzir aqui, envenenar e mandar para fora, não tem nada de humano nisso. Nesta tarde, esta Casa trouxe um monte de dados extremamente interessantes e que devem ser trabalhados.

Se o presidente do sindicato rural me permite, ele trouxe um dado: próximo à casa dele, a água não está contaminada, e ele mesmo faz uso. Eu acho que é um dado muito interessante e tem que ser publicizado, assim como vários outros da Anvisa e um monte de outros dados aqui. A realidade todinha é essa.

Uma questão a gente entende: não dá para parar o uso de agrotóxico de uma hora para outra, porque se paralisa todo o mercado, toda uma produção e um monte de cadeias de fornecedores, etc. No nosso entendimento, isso deve ser mais discutido. Porém, é necessário e estratégico que algumas coisas sejam feitas de imediato. No futuro podemos conseguir fazer uma conciliação que permita a nós sobreviver e à população consumidora sobreviver, mas é necessário que, de imediato, pelo menos criemos zonas livres de agrotóxicos. Pelo menos isso!

É impossível continuar produzindo para consumo rápido, e próximo existir pulverização área. Essa história não dá. Precisamos de imediato, Sr. Deputado, autoridades e demais presentes, defender essa questão. Quero aproveitar a presença dos professores do Instituto Federal de Brasília – IFB, que me ajudaram, sim. Está ali a diretora do IFB de Planaltina. Seja bem-vinda, professora. O Instituto contribuiu muito na visão de mundo que a gente defende hoje. Eu estou devolvendo! Estou devolvendo aqui o que a gente aprendeu por lá.

É necessário, em defesa da vida da população deste território, que a gente crie e defenda de imediato zonas livres de uso de agrotóxico. É isso. Queremos defender a vida? É necessário fazer isso agora. Há outras discussões extremamente interessantes que devem ser levadas a sério pela população do Distrito Federal. Senhoras e senhores, discutir zonas isentas de uso de agrotóxicos tem a ver com pelo menos dizer qual tipo de uso queremos dar para o território do Distrito Federal.

A população que ocupa esse território, os trabalhadores urbanos, têm direito, sim, de saber o que estão comendo, a origem da produção, onde está sendo produzido aquilo que eles consomem. Isso é direito de mercado, ninguém pode negar para ninguém.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	26		

O problema é que hora ou outra uma moda surge no mercado, alguém atropela alguém, e o interesse do capital passa por cima do interesse da própria população. Esta Casa é o último refúgio para essa discussão. É aqui. Esta Casa tem que peitar. Já que ela defende todo o eleitorado do Distrito Federal, ela tem que assumir o compromisso de defender a vida, pelo menos de imediato. (Palmas.)

Eu sei que discutir o uso do território é uma briga terrível. Já sei que vou sair daqui, de novo, com ameaça de morte. Não é a primeira vez que a gente faz essa discussão sobre o uso do território do Distrito Federal, e eu saio daqui de dentro ameaçado de morte. Assim como fazem grupinhos lá fora, novamente ameaçam a gente de morte. É claro, é uma coisa extremamente complicada. Você está mexendo com a vida, e, quando você defende a vida alheia, é lógico que coloca a sua vida em risco.

Outra coisa: a Emater, a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Seagri e a parte do governo que trabalha com essa questão não têm que ficar aqui capacitando o pessoal para usar agrotóxico. Isso é imoral. Você pega o recurso público e assume publicamente: "Olha, vou ensinar você a mexer com essa bomba para que você não morra quando estiver mexendo com ela". Não é esse o caminho. Ou que você mate bem devagarzinho quem for mexer com essa bomba.

Nós já sabemos que a história do uso de agrotóxico é contra a vida: mata, esteriliza, cria câncer, acaba com o meio ambiente. E acaba com o dinheiro usado no Ministério da Saúde, Brasil afora. A maioria das doenças que estão aí só aumenta o gasto na saúde. Ninguém sabe de onde essas doenças vêm nem para onde vão. Nós estamos sugando o recurso que estão jogando no Ministério da Saúde e no sistema de saúde público do Brasil.

Então, nós precisamos dar um jeito de tapar esse buraco. O único jeito é o seguinte: a Emater, a Seagri, o governo, e vocês que estão aqui agora têm que assumir a defesa disso. Pelo menos no entorno das áreas onde nasce água tem que ser defendido o uso diferente da terra. Tem que se implantar manejo agroecológico em cima dessas terras, intensivo, para ver se recupera, se defende a água e se a gente produz alimento limpo.

Eu praticamente perdi o emprego dia desses, porque fiz uma defesa. É interessante mexer nessa história de zoneamento e entender que a produção de grãos no Distrito Federal garante, sim, a sustentabilidade e a independência do Estado na questão de produção, principalmente de alimentação para animais – frango, gado e um monte de coisas.

Eu fui extremamente escrachado dentro dos coletivos de que faço parte exatamente por isso, porque eles acham que a gente está passando a mão, está ali colocando pano morno. Não. É necessário, é estratégico, sim. O problema é que não dá para salvar todo o processo. Todo ele é questionado, os dados são questionados, e a gente precisa adotar um encaminhamento. Não é bom para ninguém. Aliás, não vai ser bom para todo mundo, mas para um nicho da sociedade isso tem que ser

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 27

resolvido. Precisamos criar zonas de produção: onde se vai produzir grão, onde pode, para o futuro, serem aplicadas novas metodologias de uso da terra, de defesa da plantação e tudo o mais. Mas em outros espaços, isso tem que ser construído de imediato. É o único caminho.

A Emater, o governo deste estado tem que criar uma unidade de produção de defensivos naturais. Tem que ser agora. Na escola a gente fala desse processo, de fazer transição agroecológica. Só vai haver transição agroecológica no estado, se o estado assumir isso e se a população também assumir isso. Quem é consumidor tem direito a um novo nível de produção, a um novo tipo de alimento para consumir. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Tatiano.

Quero registrar a presença dos trabalhadores rurais do acampamento José Wilker, lá do Polo de Cinema de Sobradinho; do acampamento Roseli Nunes, do acampamento 8 de Março, do acampamento Oscar Niemeyer, do pré-assentamento Canaã, do Acampamento Marias da Terra, dos companheiros do MLT, do MTT, do FNL, do MST, do Acampamento Renascer Palmares. (Pausa.) Enfim, agradeço a todos os trabalhadores rurais presentes aqui. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Diretor da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do DF, Sr. Manoel Neto.

SR. MANOEL NETO – Quero fazer um agradecimento. Agradecer ao Deputado a oportunidade de estar presente para expor o trabalho da Vigilância Sanitária e para fazer alguns esclarecimentos.

A gente se sente muito contemplado na fala do Secretário de Agricultura, mas eu gostaria de fazer uma correção. Nós não somos uma direção regional da Anvisa, nós somos um órgão autônomo aqui do Distrito Federal.

O papel da Vigilância Sanitária dos estados no PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos é um papel de coleta de produtos no consumo final, ou seja, nos supermercados e nas feiras. Dali ele é levado para análise em outros estados. Uma coisa digna de nota, Deputado, é que há um certo descaso e um certo desmonte de algumas estruturas de controle e monitoramento de serviços de saúde aqui no Distrito Federal.

A Vigilância Sanitária está há 23 anos sem concurso. O último concurso da Vigilância Sanitária foi em 1993. É humanamente impossível você cuidar de uma cadeia tão extensa como é a responsabilidade da Vigilância Sanitária que está presente na vida do cidadão desde o momento em que ele acorda até o momento em que vai dormir. A Vigilância Sanitária fiscaliza alimentos, medicamentos, serviços de cabeleireiro, de médico, dentista etc. Esse trabalho hoje é realizado com poucos agentes. Temos aqui em torno de cem agentes, que estão tentando fazer o seu trabalho da melhor forma possível.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 28

O PARA existe desde 2001 e foi acordado com todos os estados. Os 27 estados da Federação trabalham para o PARA e com alguns Lacens e alguns laboratórios de referência no Brasil, como a Funed, Adolfo Lutz, entre outros. Ele produziu dados muito interessantes no que diz respeito ao consumo e utilização de agrotóxicos. Ele fez uma parada agora, no ano de 2016, para reavaliação. É necessário. Um programa que está há dezesseis anos na mesma toada precisa de ter uma parada para reavaliação.

O relatório publicado este ano foi divulgado pela imprensa de forma enviesada. Os dados lá continuam sendo graves. Vou citar um exemplo para vocês. Eles dizem que 1% da cultura de abacaxi tem risco de intoxicação aguda. Significa que, em cada abacaxi de cem que você come, está correndo risco de ter intoxicação aguda. Isso é grave! Então, essa divulgação que a imprensa deu foi enviesada, pois falou o contrário, disse que 99% dos nossos alimentos são bons para consumo. Não! Esse 1% é muito grave.

O DF participa nesse processo de coleta e a gente produz alguns dados que deram excelentes fóruns de discussão e de ações no Distrito Federal e em outros estados. A gente tem o Pró-Folhosa, que trabalha com a coleta dos trabalhadores rurais, para medição e disposição de alguns tipos de agrotóxicos. Inclusive, junto com a Emater, com a Secretaria de Agricultura, com o SEREST, com a DIVAL, a gente catalogou e cadastrou uma série de produtores rurais e fez palestras educativas, que também hoje derivaram da pouca quantidade de problemas que você tem, por exemplo, com embalagens. A gente fez uma educação sanitária para esses servidores.

A gente tem o Qualidade no Campo, que é uma ação voluntária que também já deu bons frutos. A Emater tem sido muito presente. Junto com a Vigilância Sanitária e outros órgãos de controle e a SEAGRE, premiamos alguns servidores que estão deixando de utilizar agrotóxicos em suas culturas. A gente tem aqui, nesta própria Casa, o Deputado Joe Valle, que é um exemplo da produção de cultura sem agrotóxico. Então – e aí, perdoem-me se eu estiver errado –, com quase 70% da produção, já se consegue abastecer o DF de hortifrutigranjeiros e de outras culturas.

Existe um esforço conjunto, tanto dos órgãos de controle, como da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária, do Serest, até mesmo dos próprios produtores para se reduzir o consumo de agrotóxico. Não há leviandade da parte de ninguém. Por outro lado, é necessário produzir.

O VSPEA, lançado em 2012, com todos esses órgãos que eu falei, hoje está parado, porque a gente tem um recurso que não consegue utilizar. O VSPEA – Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos precisa ser reativado, precisa estar amplificado e ser fortalecido com esses órgãos de controle, para que a gente consiga dar melhores dados de utilização de agrotóxicos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 29

Então, temos uma situação fragilizada, porque os órgãos de controle estão necessitando de um fortalecimento, mas, ao mesmo tempo, estão trabalhando para garantir uma utilização mais racional de agrotóxicos.

Respeito muito a posição e a fala da Tatiana, mas eu acho que é praticamente inviável nos próximos anos estabelecermos áreas livres de produção sem agrotóxico. O que a gente pode fazer de melhor para a população é levar informação, para que ocorra a utilização racional de agrotóxico.

Hoje a gente tem uma situação também dos produtos ilegais. Temos em torno de vinte a trinta produtos que não têm registro no Brasil e que entram, pois não há interesse da empresa que produz esse agrotóxico de registrar, porque o processo de registro é muito caro e ele não tem larga escala, não é um glifosato da vida!

Por último, Deputado, eu queria fazer um alerta a esta Casa. Sei que o senhor já esteve junto com a gente com o Secretário de Saúde. A Vigilância Sanitária do DF precisa de socorro! Esse socorro deve vir na forma de fortalecimento institucional, de certa autonomia, especialmente por meio de um concurso. Precisamos de agentes para trabalhar junto com os outros órgãos de controle. Esse trabalho envolve os agrotóxicos e os medicamentos, que também causam intoxicação aguda; além de saneantes, cosméticos, alimentos de uma forma geral.

Então, sentimo-nos contemplados. Esse debate é importantíssimo porque traz à tona os problemas que temos. Não fugimos das nossas responsabilidades, mas temos também essa situação um pouco intranquila dentro da Vigilância Sanitária. Nós somos parceiros, irmãos dos outros órgãos de controle. Temos trabalhado juntos desde sempre. Trabalhamos com a Emater, com a Seagri e com as outras associações interessadas em promover uma vida saudável aqui no Distrito Federal.

Somos gratos e estamos sempre dispostos a trabalhar pela população do DF.
 PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Manoel Neto.

Quero dizer que vamos ter de voltar ao Secretário, pois até agora, ele sequer nos deu uma resposta. Eu vou marcar lá e aviso vocês de novo.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal, Sr. Cléberon Zavask.

Registro também a presença da Diretora do Campus do IFB Planaltina, Professora Edilene. Agradeço-lhe a presença.

SR. CLÉBERSON ZAVASK – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria, primeiro, de saudar a todos aqueles que se dispuseram a estar aqui, hoje, neste debate. Queria saudar o nosso nobre Deputado Ricardo Vale, que chamou esta comissão geral. Acho que este Parlamento faz um importante papel quando abre à sociedade a possibilidade de discutir não só os seus problemas, mas também a resolução dos seus problemas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		30

Eu gostaria de saudar também todos os componentes da Mesa. Acho que aqui temos uma variação de posições, mas que vão todas ao encontro de um mesmo objetivo, que é salvaguardar tanto o direito daqueles que produzem, como o direito daqueles que consomem, de saber o que se está consumindo e o que está se produzindo no nosso Distrito Federal.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos é uma entidade que tem mais de 50 anos. Foi fundada em 1963 e congrega mais de 2 mil profissionais, engenheiros agrônomos, aqui no Distrito Federal. Nós também fazemos parte da Confederação das Federações e Associações de Engenheiros Agrônomos no Brasil, que congrega mais de 100 mil profissionais da Agronomia em todo o País e representa esses profissionais junto ao sistema Confea/Crea, um sistema estatal do serviço público federal. Aqui temos presentes alguns membros da associação e também outros que compõem o colegiado que coordena a Câmara Especializada de Agronomia no Distrito Federal.

Eu estou como coordenador da câmara, mas o Cleber Santos faz parte também, é auditor fiscal do Ministério da Agricultura Federal, além do Maurício Garcia, membros da nossa associação, que são conselheiros do Crea/DF, na Câmara Especializada de Agronomia.

Aqui, a gente tem uma imagem do que é o agrotóxico nas embalagens que disponibilizam durante a venda, durante a comercialização. Não é por acaso que há aquela caveirinha com a cruzinha. Não é por acaso que o nome é agrotóxico. É porque ele é tóxico, ele pode contaminar não só o ambiente, mas também aqueles que o manipulam e aqueles que podem consumir esse produto. Ali mais embaixo, a gente tem o triste índice do Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Não é também por acaso esse índice: nós somos um dos maiores produtores mundiais de produtos agrícolas. Ali, no prato, representando a mesa do consumidor, tem outra caveirinha. Muitas vezes, aquele que consome o produto não sabe o que está disponível na sua mesa.

Nós tivemos aqui algumas apresentações de dados rapidamente, porque esse é o tempo que nos cabe. Nós teremos outras oportunidades de discutir. É importante que o consumidor, que tem, sim, o direito de ir ao mercado fazer a sua escolha no balcão, de escolher aquilo que quer comprar e aquilo que quer comer.

Isso vem ao encontro do projeto que o Deputado Ricardo Vale apresentou sobre a rotulagem, sim, de produtos a serem comercializados que tiveram o uso de agrotóxicos nos seus processos de cultivo. Por que isso? Porque é direito do consumidor. Se eu tenho o direito de saber que um produto é transgênico e, na sua embalagem, vai ter um triângulo com um T de transgênico, se eu tenho o direito de saber que o produto é orgânico e ele tem o selo das diversas certificadoras de produto orgânico, ecológico, eu também tenho o direito de saber se eu estou ou não consumindo um produto que teve no seu processo de produção o uso de agrotóxico. Então, é um direito do consumidor, sim.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		31

Eu vou falar da questão da Associação dos Engenheiros Agrônomos e seu papel junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Somente profissionais registrados são habilitados, diante da sociedade, da legislação do Brasil, junto ao sistema Confea/Crea, a prescrever agrotóxicos. Somente profissionais de nível superior podem receitar agrotóxicos. Por isso que existe uma legislação de receituário agrônomo, em que engenheiros agrônomos e engenheiros florestais são os únicos profissionais habilitados a receitar agrotóxicos.

Reforço, mais embaixo, a questão relacionada às empresas que utilizam e fazem a aplicação de produtos que utilizam agrotóxicos, seus princípios ativos, seus derivados, produtos químicos utilizados para controle de pragas, doenças, entre eles, herbicidas, inseticidas, praguicidas e tantos outros, seja lá a denominação que se tenha. Eles, obrigatoriamente, têm de estar registrados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Outra coisa, há empresas que também utilizam produtos domissanitários, aqueles produtos que são utilizados para controle de pragas urbanas. A gente vê várias empresas no Distrito Federal que utilizam produtos químicos para fazer a desinsetização, a desratização e tantos outros controles de pragas urbanas também. Obrigatoriamente, têm de ser cadastrados, registrados, autorizados, com o responsável técnico, pelo conselho. Isso não é optativo. Não é opção daqueles que fazem esse tipo de aplicação ou uso se credenciar. É obrigação, está na lei. Por isso, o conselho vem atuando na fiscalização e vem também informando sobre essa obrigatoriedade para esses produtores, essas revendas e tantos outros da sociedade que se utilizam desses produtos.

Aqui, nós estamos apresentando um dado que diz respeito aos autos de infração na agronomia nos últimos anos. Infelizmente, a imagem ficou um pouco ruim ali, mas temos o primeiro ano, 2012, depois, 2013, 2014, 2015 e 2016.

A gente vê que, em 2015 e início de 2016, aquela última coluna, houve um sobressalto muito grande dos autos de infrações na agronomia. O que quer dizer isso? Isso tem duas questões. Não só que houve um aumento no que diz respeito à fiscalização. O Conselho Regional de Engenharia possui no Distrito Federal somente sete fiscais. O Kleber é o nosso diretor de fiscalização junto ao Crea também. Nós, nos últimos anos, vínhamos cobrando do Crea a necessidade de fiscalizar, para sabermos o que realmente está acontecendo no meio rural do Distrito Federal, para, quando apresentarmos os dados de que o Distrito Federal utiliza hoje duas ou três vezes mais agrotóxicos do que utilizava há dez anos, sabermos de que forma ele está sendo utilizado e se está sendo utilizado corretamente. Somente utilizar não quer dizer muita coisa, mas, se estiver utilizando de forma inadequada, sem acompanhamento técnico, sem receituário ou se utiliza produtos não registrados, está, sim, utilizando ilegalmente.

Dessa quantidade, nós vamos ver ali que quase 60% de todos os autos de infração lavrados em 2015 são de autuações infrações na área rural. São atividades que foram fiscalizadas pelo Crea onde, em determinada propriedade, houve a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	32

identificação de um produto, foi-se à revenda para verificar a questão do receituário agrônomo e a questão do registro do responsável técnico e não se encontrou essa informação. Então, nós tivemos ali mais de setecentas autuações na área rural em 2015.

Na área urbana, nós também tivemos um crescimento muito grande em 2015, início de 2016. A gente vai ver que praticamente quatrocentos autos de infração foram gerados na área urbana.

Aí, nós vemos as capitulações em relação à legislação, em que eu não vou adentar muito para não tomar tempo. Mas a grande maioria dos autos de infração é por não ter um responsável técnico registrado, ou seja, uma questão que é obrigatória. Como eu falei, não é opcional ter um técnico acompanhando a aplicação desse produto, uma assistência técnica, seja ela pública ou privada. No caso dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares, dos assentados em reforma agrária, a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural principalmente ou cooperativas de assistência técnica fazem essa assistência técnica e acompanhamento cotidiano. No caso das grandes produções, das grandes propriedades, engenheiros agrônomos ou engenheiros florestais, como é o caso da atividade, também são responsáveis técnicos.

Então, a gente vê que, nesse período, em 2015 principalmente – nós não fechamos o ano de 2016 –, houve um grande aumento da regularização da atividade e, principalmente, do que diz respeito à aplicação. O que quer dizer isso? Nós aqui, enquanto representantes dos engenheiros agrônomos, que também são responsáveis pela grande maioria do receituário de produtos agrotóxicos, temos a responsabilidade não só de cobrar, mas de informar à sociedade que o produto deve ser adequadamente aplicado, que há um horário para se adequar, que há vento e velocidade para se aplicar, que há quantidade de caldo e quantidade de produto e uma série de outras condições para que não haja uso demasiado de determinado produto ou mesmo a contaminação errônea.

Não existe segurança no uso de agrotóxico, como já foi falado aqui antes pelos que me antecederam, mas existe, sim, a possibilidade de se adequar isso, de se tornar uma produção menos impactante, que possa dar uma alternativa de produção que não impacte tanto o meio ambiente e também a mesa do consumidor.

Nós temos o caso do tomate. O Vicente falou ali um número, mas talvez o pessoal não tenha feito o cálculo. Se você pegar os 100 quilos de agrotóxico no tomate por hectare e dividir isso por 10 mil metros quadrados, vai ver que são 10 gramas de produto por metro quadrado. Eu achei até pouco, sabendo que, em algumas produções aqui no interior de Goiás, usam 20, 25 aplicações de agrotóxico, dependendo do tipo de praga que está atacando aquela produção. E mais de 50% das intoxicações são no tomate. Isso é importante a gente destacar, porque isso está naqueles produtos que, infelizmente, a grande maioria de nós consome *in natura*, aquele que não é cozido, aquele que não é aferventado, aquele que não é assado. Então, a gente tem que ter um cuidado mais especial com os hortifrutigranjeiros.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 33

Quero nos colocar à disposição do Deputado, dos demais Parlamentares desta Casa e dizer que esse debate aqui se inicia. Os projetos que o Deputado apresentou e que estão na mesa hoje aqui na Câmara Legislativa são de extrema importância. Conte conosco para os próximos debates e para as próximas discussões desses projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Cleberson Carneiro Zavaski, que é o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do DF.

Passo a palavra agora para o Sr. Presidente do Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal, Gilsérgio dos Santos Silva.

SR. GILSÉRGIO DOS SANTOS SILVA – Primeiramente, quero agradecer o convite ao Deputado Ricardo Vale. Relembro que a gente esteve numa comissão de presidentes de sindicatos aqui no mês de maio para conversar sobre o seu projeto de lei que estabelece essa obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxico nos rótulos.

Eu vou fazer como o Presidente do Sindicato Rural. Eu tinha uma relação de coisas para falar, mas já foram faladas todas aqui. Então, nós vamos encaminhar num sentido mais prático. O trabalho que a FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz apresentou e que a EMBRAPA/DF – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Distrito Federal está apresentando. Acho que foi um pouco contrário ao que foi apresentado pela Anvisa esses dias. Eu até disse para o pessoal: “Eu acho que o trabalho da Anvisa foi o mais correto.” Por quê? Porque eles buscaram todos os produtos para fazer aquela análise na agricultura familiar, no pessoal que é orgânico, no pessoal que trabalha com agroecologia, no pessoal que realmente preserva a natureza, porque o único resultado aceitável para aquele resultado da Anvisa é que se busque isso realmente com quem produz da forma correta. Não vejo como enxergar aquele resultado de outra maneira.

Eu vou falar até de uma coisa muito simples. O pessoal muitas vezes conversa comigo assim: você fala dessa forma. Eu falo: “Gente, vamos dar o exemplo de Brasília.” Brasília não tem esquina, mas, se tivesse, em cada esquina de Brasília, haveria uma farmácia. Eu morei em Taguatinga. Na Comercial, há mais farmácias que qualquer comércio. Eu moro em Sobradinho. Você passa pela subida de Sobradinho e vê uma farmácia a cada cinquenta metros. Minha mãe mora na Asa Norte. Lá é uma farmácia de frente para outra, uma cumprimentando a outra. E não existiria esse tanto de farmácias, se não existisse uma necessidade de se comprar medicamento. O que é esse monte de dor de cabeça, de azia, de problema de estômago senão uma alimentação realmente cheia de problemas?

Então, Deputado, viemos procurar o senhor para falar sobre essa indicação dos agrotóxicos nos alimentos. Primeiramente, porque achamos importante isso. É um direito muito grande do consumidor saber realmente o que está consumindo. Eu

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		34

acho que esse é o ponto principal. Ele tem que realmente saber o que está consumindo.

A gente até não defende exatamente a lei como está sendo proposta. O porquê disso: porque pode ser modificado, para ser melhorado. É uma ação válida, como eu disse. O consumidor precisa dessa garantia, a sociedade está buscando essa garantia. Prova disso é que aqui em Brasília, por exemplo, a gente tem um consumo de alimentos orgânicos crescendo em torno de 20% ao ano, ou seja, a cada ano, a sociedade toma mais conhecimento das coisas e está correndo mais ainda atrás do produto orgânico.

Nós pertencemos a um sindicato de produtores orgânicos em que não há um dia no qual eu não receba um produtor me perguntando o que eu faço para produzir orgânico ou como eu faço para me certificar como produtor orgânico. Isso é diário. O nosso representante da Emater disse que, em 2006, você ia ao Pipiripau e achava um tanque cheio de agrotóxico. Eu vou lhe dar uma notícia maravilhosa: no mês passado, certificamos oito produtores do Pipiripau e estamos avaliando mais oito agora, para avalizá-los como produtor orgânico certificado, dentro das regras do Ministério da Agricultura.

Ou seja, olha como é que muda! Olha a consciência das pessoas durante esse período! E a maioria, Deputado, desses produtores aqui de Brasília são de agricultura familiar. Muitos dos produtores que estavam aqui na semana passada e estão hoje são pessoas que, quando falaram da discussão da terra, deixaram bem claro: "Olha, a gente produz de forma agroecológica, de forma sustentável, de forma orgânica." E por que isso? Porque são pequenas propriedades rurais. Brasília, hoje, conforme um estudo do Sebrae, tinha 17 mil e poucas propriedades. Dessa maioria, chegava-se até a quatro hectares. Então, a forma que eles têm de se sustentar, se proteger, é trabalhando realmente de uma forma agroecológica sustentável e orgânica.

Mas por que a gente realmente não concorda muito com a forma desse projeto de lei? Ele coloca aqui que todo mundo tem de indicar "produzido com agrotóxico." Até aí, nós temos que informar, mas tem que haver uma diferenciação. Nós temos hoje a Lei nº 10.831, que regulamenta o sistema de produção orgânica.

Nessa lei... Eu vou dar um exemplo: temos um produto, o Dipel, que é um agente biológico. Não é um veneno. É um agente biológico. Ele é utilizado na soja, no algodão, no tomate, para combater uma lagarta. Veja, mesmo não sendo veneno, ele é enquadrado como agrotóxico. Então, eu fico preocupado com aquele pequeno produtor orgânico certificado que vai lá e coloca: "Produto orgânico. Selo Brasil orgânico." E, embaixo: "Produzido com agrotóxico Dipel." Ou seja, vai ser um contrassenso e quebra tudinho que a gente vem trabalhando esse tempo todo. Por quê? Porque isso não é um veneno, é um agente biológico.

A gente precisa ver como é que isso vai ser colocado nessa legislação, ou como é que vai ser feita essa referência. Deverá ser colocado de modo que indique

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 35

isso como não sendo um produto que vá fazer mal e que é aprovado pela Lei nº 10.831, que é a lei que regulamenta a produção orgânica.

Nós até sugerimos como proposta que esse projeto de lei seja realmente – como está sendo feito aqui – mais discutido, mais estudado, porque tanto na Câmara, como no Senado – agora mais no Senado –, o PL nº 3.200, de 2015, está discutindo exatamente o que a gente está falando aqui. Só que lá ainda é mais detalhado: dispõem sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, importação, exportação, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxico e seus componentes.

Acreditamos que, se só regulamentarmos aqui dentro do Distrito Federal e tivermos que colocar, talvez tenhamos uma lei muito mais rígida do que a lei que vai ser feita lá dentro do Congresso Nacional, para todo o Brasil. Aí, isso limita. Imagine um produtor que é familiar, com quatro hectares, tentando mandar o pouco que produz para Goiás? Vai estar lá uma rotulagem em seu produto, sendo que lá não é obrigatório. Opa! Já impede de entrar. Não importa nem se o produto é orgânico. Se se colocou lá que ele usa o agrotóxico Dipel... Isso é um conhecimento nosso. Mas a população não conhece, ela não sabe o que é aquilo. Então, a gente precisa trabalhar a lei de uma forma... É até estranho eu, como Presidente do Sindicato dos Orgânicos, falar contra isso aqui. Eu não estou falando contra. Tem, realmente, que ser colocado, que ser informado tudo, mas de maneira correta, para que não haja um prejuízo maior.

A gente sugere também que seja colocada – não só nessa lei, mas em outras também, para consigamos dar algum incentivo a essa legislação – a produção orgânica. Que seja um incentivo fiscal, que seja um incentivo de comercialização! E para quem esse incentivo? Para aqueles que respeitam a Lei de Produção Orgânica. Que tenham uma certificação registrada no Ministério da Agricultura! Ou seja, se você trabalha e se dedica mais para produzir orgânico, você tem que ter um incentivo realmente para isso.

Não existem regras para o controle de quem compra nenhum tipo de agrotóxico; ou, se elas existem, são poucas. Mas, para você ser um produtor orgânico, é um sacrifício enorme! Se aquela pessoa que quer ser produtor orgânico não tiver o produto rastreado do início ao fim, ela não produzirá orgânico. O Ministério nem o certificará como orgânico. É uma dificuldade muito grande!

Aqui eu gostaria de falar um pouco, Deputado Ricardo Vale, de uma coisa que aconteceu com o sindicato, os produtores e todos os presidentes da Federação da Agricultura. Nos anos de 2013 e 2014, a gente foi a uma feira internacional, por meio de uma parceria entre os sindicatos e o Sebrae. Fomos à Alemanha, em uma feira chamada Biofach Alemanha, que é a maior feira de produtos orgânicos do mundo. Foram quatro dias. Todos os presidentes dos sindicatos da Federação de Agricultura visitaram essa feira – só de produção orgânica. Em quatro dias, nós não conseguimos rodar toda a feira, pela diversidade, pela quantidade e pela qualidade

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 36

dos produtos que havia. Você fica impressionado em ver como é que o mundo está agindo e que caminho eles estão tomando. Visitamos uma cidade chamada Nuremberg, do tamanho de Brasília. Só ela tem doze supermercados orgânicos. A gente conversou com o pessoal que administra isso, o prefeito da cidade, e ele disse assim: "O nosso objetivo é tentar fazer toda a alimentação básica, para os estudantes de nível básico, orgânica." Na época, em 2014, eles estavam com 30%, e a ideia era que a cada ano subisse 10%. Agora, dever estar perto de 70%. E ainda falaram o seguinte: "não só na alimentação básica; nos hospitais também." Ele disse: "Se você for pensar, são dois locais em que, se se investe na alimentação orgânica para a criança, ela não fica doente, ela não lhe traz problema. Para a pessoa que está doente, ela se recupera melhor. Que contrassenso é esse? Eu vou tratar um doente com alimentação envenenada? É um negócio meio estranho."

Então, a gente está aqui, hoje, para tratar dessa lei, para estar junto com o senhor, para ajudar a melhorar esse projeto de lei e, principalmente, para dizer que acredita que é preciso realmente melhorar um pouco a lei, especificando como o produtor orgânico vai entrar aqui, porque mesmo os agentes biológicos estariam taxados como agrotóxicos, e isso seria um contrassenso.

Estamos aqui também, como os sindicatos, nos disponibilizando a trabalhar com o senhor, para que incentivemos, aqui dentro do Distrito Federal, a alimentação orgânica nas escolas. Achamos que isso é primordial para melhorar a saúde das crianças e criar realmente algo preventivo. Vejam, o maior problema do Distrito Federal é a saúde. Se começarmos lá da infância a cuidar das crianças, elas não ficarão doentes, elas não vão ter esse grande problema no futuro. Então, é algo preventivo. Que também consigamos, dentro dessa lei, obrigar os próprios hospitais a utilizarem uma boa parte da alimentação, se não toda, com produtos orgânicos. Acho que podemos caminhar nesse sentido porque esse é o nosso interesse.

Estou junto com todos os sindicatos da federação. Temos uma máxima lá e até brincamos falando: o único sindicato que vai ter fim, e eu espero que tenha fim, chama-se Sindicato dos Produtores Orgânicos. Por um motivo simples: queremos que todo mundo adote as mesmas técnicas, a mesma forma de pensar e o mesmo projeto nosso, que é trabalhar para ter uma boa alimentação e uma boa forma de conduzir a natureza. Queremos realmente chegar um dia a ter fim porque todos os outros sindicatos incorporarão essa ideia. Esse é o nosso pensamento. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Gilsérgio.

Vamos continuar evidentemente trabalhando na construção desse projeto de lei. Toda sugestão será bem-vinda, principalmente do Sindicato de Produtores Orgânicos.

Vou passar a palavra ao Sr. Diretor de Políticas Sociais do Sinpro/DF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Gabriel Magno.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 37

SR. GABRIEL MAGNO – Boa tarde a todos e a todas. Parabenizo e cumprimento a Mesa em nome dos companheiros e companheiras do MST aqui presentes.

Neste momento, eu não poderia deixar de começar a minha fala nesta Casa – até porque o Governo do Distrito Federal está aqui representado – repudiando a ação violenta e criminoso da Polícia Militar na terça-feira, dia 29, contra os trabalhadores e estudantes na Esplanada dos Ministérios. Recentemente viemos a esta Casa justamente para discutir isto: a garantia dos direitos humanos, a livre manifestação e os direitos sociais. (Palmas.)

Digo isso porque falar de agrotóxico e discutir o uso da terra e a segurança alimentar não é uma questão só de quem está na terra, não é uma questão isolada do debate do agrotóxico. Desvincular isso do momento que estamos vivendo no País, com o avanço sobre os nossos direitos, é cometer um erro profundo de análise. Estamos vendo no Congresso Nacional, cada vez mais, os setores da bancada do latifúndio, da bancada do boi e da bancada do agronegócio, aliadas a outros setores conservadores, avançando sobre direitos sociais conquistados com muita luta no País. Obviamente, essa questão é central para nós trabalhadores, mas também para os setores empresariais. Digo isso porque recentemente tivemos no Congresso Nacional uma derrota na questão dos transgênicos nos rótulos.

Quero parabenizar o Deputado Ricardo Vale, pela iniciativa e pelo projeto de lei, e as considerações feitas pelo José e por outros companheiros e companheiras que me antecederam. É fundamental que saibamos e coloquemos no rótulo o que estão fazendo. Quem é contra, e muitos Deputados são – aqui nesta Casa também temos uma bancada contrária –, utiliza-se do argumento de que não faz mal. Se não faz mal, por que não colocar no rótulo? Se não faz mal, por que não informar o consumidor o que ele está consumindo? Então, é fundamental que avancemos nessa questão.

Gostaria de dizer que nós do Sindicato dos Professores fazemos parte da Campanha Permanente contra o Uso do Agrotóxico, que reúne vários movimentos sociais do País. Gostaria de convidar todos e todas aqui presentes a se engajarem na campanha. Vocês podem acessar o *site* da campanha: www.contraosagrototoxicos.org. Lá vocês poderão baixar dois vídeos importantes sobre isso: *O Veneno Está na Mesa I e II*. Acho que vale a pena divulgar e promover esses vídeos nos vários espaços em que estamos inseridos.

Queria dar um enfoque, na minha fala, à alimentação escolar, à merenda escolar e à forma como estamos tratando a questão da alimentação das nossas crianças e dos nossos jovens nas escolas. Nós sabemos que, nas escolas públicas, foi um grande avanço garantir o direito à merenda escolar, porque muitos dos nossos jovens e crianças têm a sua principal refeição na escola, e essa refeição precisa ser muito protegida e muito cuidada.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	38

Nós temos o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, um programa federal que obriga que, no mínimo, 30% do que se gasta com alimentação escolar sejam oriundos da agricultura familiar e de produtos orgânicos. Infelizmente, esses dados nós não podemos dizer que o GDF cumpre, porque os dados não são apresentados para nós. Não temos acesso ao percentual que é gasto, que é investido na compra para merenda escolar em agricultura familiar ou em produtos orgânicos livres de agrotóxicos. Nós não temos essa informação.

Então eu queria registrar aqui, primeiro, que é importante que o GDF publique e publicize esses dados, até para que a gente possa fazer um acompanhamento. Isso é programa federal. É lei federal. Precisamos avançar ainda mais, pois, na nossa opinião, no que nós acompanhamos na escola, nós estamos longe dos 30%.

Segundo, quero dizer que, a partir também de experiências e da própria iniciativa desta Casa, precisamos avançar para além disso. Hoje tramita o Projeto de Lei nº 495, de 2015, que determina percentuais mínimos para a compra de alimentação livre de agrotóxicos para as escolas. Esse projeto é parecido com o aprovado ano passado na Prefeitura de São Paulo, que estabelece como meta, em dez anos, que 100% dos alimentos para a merenda escolar sejam comprados da agricultura familiar.

Acho importante avançar e pedir aqui o apoio do Deputado Ricardo Vale e dos Deputados desta Casa para que a gente dê celeridade a esse projeto, que se debata e se abra a discussão sobre esse projeto, porque ele é fundamental. Como disse aqui a Dra. Pesquisadora da Fiocruz, quando as crianças são submetidas precocemente a uma quantidade maior de veneno, isso tem um impacto na saúde muito maior do que em outras etapas da vida. Então, a alimentação escolar é fundamental.

Nós temos um exemplo em Porto Alegre. Esse ano foi aprovada a Lei nº 12.125, que estabelece que, em quatro anos, 50% da merenda escolar seja livre de agrotóxicos. Então, existem experiências importantes no País. E nós esperamos isso aqui no Distrito Federal, por termos uma condição inclusive melhor do que essas prefeituras. Estou comparando o Distrito Federal, por exemplo, com Porto Alegre, que tem uma população parecida com a nossa, e nós estamos falando de um Orçamento dez vezes maior do que o de Porto Alegre. Quer dizer, é extremamente possível que o Distrito Federal se enquadre no que tem sido feito de avanços na ordem da relação da segurança alimentar no País. E na escola isso é fundamental.

Quero dizer também que, quando a gente muda a lógica do alimento servido na escola, isso não diz apenas respeito à saúde, à alimentação escolar e à merenda, mas muda a lógica, inclusive, da própria comunidade escolar. Há no Distrito Federal, hoje, mais de setenta escolas do campo, onde é possível ser feito um debate inclusive da realidade dessas escolas com a comunidade ali presente nas escolas, com os produtores da agricultura familiar que convivem com essa comunidade, no sentido de fazer um debate inclusive de modo de produção, um debate inclusive

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39

pedagógico dentro das escolas, e também de vida, de modo de viver e não só da saúde.

Então nós do Sindicato dos Professores queremos deixar aqui registrado o nosso apoio ao projeto de lei do Deputado Ricardo Vale. Que a gente também avance no PL nº 495. Precisa de melhoras também, como foi dito aqui. Precisamos discutir. Estamos à disposição para discutir como nós regulamentamos a merenda escolar e o debate da alimentação orgânica. Quero dizer também que nós precisamos avançar muito na educação. Nós professores e professoras somos aliados dos movimentos sociais e dos movimentos que estão nessa luta pela segurança nutricional alimentar, por uma alimentação mais saudável e também por uma nova lógica de organização da produção, do modo de vida, e esse debate é fundamentalmente feito nas escolas. É com a nossa juventude, com as nossas crianças, que vamos começar a construir uma nova consciência.

Quero fazer um registro aqui, que eu não poderia deixar de fazer. Por mais que não seja política pública do Estado garantir o financiamento, nós professores temos uma característica de lutarmos contra a corrente. Há professores da rede – e aqui eu estou vendo alguns – que desenvolvem nas suas escolas trabalhos de horta comunitária, de cultivo de alimentação orgânica. Mas só isso, embora sejam atitudes louváveis e importantes, não é suficiente! É preciso que o Estado e que esta Casa garantam as condições para que isso seja feito e ampliado para o conjunto da rede.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Gabriel, Diretor de Políticas Sociais do Sinpro.

Passo a palavra à Sra. Secretária do Meio Ambiente da CUT-DF, Vanessa Sobreira.

SRA. VANESSA SOBREIRA – Boa tarde a todos e todas. Quero saudar os movimentos sociais presentes, as trabalhadoras e os trabalhadores do campo. Quero saudar o Deputado Ricardo Vale, agradecer o convite e parabenizá-lo pela iniciativa deste debate de extrema importância para a sociedade brasileira como um todo, e não apenas para a do Distrito Federal.

Quero cumprimentar também a Dra. Karen Friedrich, destacar que somos as únicas duas mulheres da Mesa e dizer que, apesar da pouca representação das mulheres nesta Mesa, eu pude ver que ali na galeria há muitas mulheres. Quero também ressaltar a importância do papel da mulher na soberania e na segurança alimentar. (Palmas.) A gente sabe que muitas trabalhadoras do campo, mesmo na questão do alto consumo, fazem ali no dia a dia as suas pesquisas com as sementes e tentam superar a utilização de agrotóxicos. É importante ressaltar isso.

A gente falou muito aqui da questão do consumo, mas a gente tem de ressaltar também a questão dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por exemplo, no ramo químico, nós temos trabalhadores e trabalhadoras no contato direto com os agrotóxicos, em risco de contaminação. No ramo dos transportes de agrotóxicos,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40

também há riscos. No comércio, temos a venda de agrotóxicos, com demonstração, muitas vezes com abertura de embalagens, que também oferece esse risco. Mas obviamente quem está submetido ao maior risco são os trabalhadores e trabalhadoras rurais que estão ali trabalhando diretamente com o uso do agrotóxico. E como foi dito pela doutora e por outras pessoas, não há nível seguro na utilização do agrotóxico no dia a dia, tanto que o nome é tóxico. Então eles estão submetidos a isso.

Também é muito difícil, quando eles adoecem, haver a relação do nexó técnico epidemiológico com o trabalho. Na intoxicação aguda, ainda é mais fácil, mas na intoxicação a longo prazo, que é a que mais ocorre, e que aparece nas doenças hormonais, neurológicas e muitas vezes na grande quantidade de pessoas com câncer, é muito difícil.

Gente, pensa bem! Nos setores em que há trabalho repetitivo, já é difícil estabelecer o nexó técnico epidemiológico com as LER-DORT – Lesões por Esforço Repetitivo e Doenças Relacionadas ao Trabalho, por exemplo, e já tentam retirar isso; imagina no caso dos trabalhadores do campo com os agrotóxicos, como é! E a gente também tem uma subnotificação muito grande dos acidentes de trabalho com agrotóxicos.

Eu sou trabalhadora bancária, sou da Caixa Econômica Federal. Faço parte do conselho do nosso plano de saúde – fui eleita para isso –, que tem representantes da empresa e dos trabalhadores e trabalhadoras. Eu faço parte desse conselho que discute o plano de saúde e, um dia, em uma discussão um pouco informal, o pessoal do nosso plano, da parte administrativa da empresa, demonstrou uma certa preocupação com o aumento do número de casos de câncer entre os trabalhadores e trabalhadoras da Caixa, que é muito alto, sobretudo entre jovens. É uma demanda muito grande, que tem gerado um custo muito alto para o plano de saúde.

A gente pensa: se o plano de saúde está alarmado, imagina o alto custo disso para a sociedade como um todo, imagina como isso tem impacto em nosso Sistema Único de Saúde!

Muito se fala no custo da produção com a utilização de agrotóxico, no aumento de produtividade, no acesso ao alimento. Falam que as pessoas precisam comer. Com o alimento barateado pelo uso de agrotóxico, elas têm acesso a esse alimento. Mas há uma discussão maior.

Falou-se sobre os orgânicos: há uma dificuldade de incentivo à utilização de orgânico, enquanto, para a utilização de agrotóxico, há uma série de incentivos – até o acesso ao crédito é mais fácil. Quando a gente fala de custo, pode falar também de classe social, porque a gente vai ao supermercado, vai comprar um orgânico, e ele é muito mais caro, por causa dessa dificuldade que há, realmente. Uma pessoa que está na classe social mais alta, que tem um maior poder aquisitivo, tem acesso a um alimento sem agrotóxico, sem veneno, e uma pessoa da classe trabalhadora,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		41

com uma menor renda, vai ter que comer o veneno, porque não tem como custear outra opção. Então isso também é uma discussão de classe.

Nessa discussão de custo do alimento, a gente tem que pensar no custo social que esse uso de agrotóxico está gerando. Na verdade, é uma questão de custo? É uma questão de acesso ao alimento? Ou é também uma questão de lucro de quem está produzindo? Porque, não coincidentemente, muitos desses venenos são produzidos por empresas que também fornecem o remédio. Isso é um dado muito importante.

Falando um pouquinho sobre a luta que a CUT tem feito, nós estamos juntos nessa luta da soberania alimentar, da segurança alimentar. Estamos juntos na luta da terra, à qual nos somamos, na luta da reforma agrária, na luta contra o agronegócio. E também queremos dar o exemplo. Nós temos discutido bastante na CUT – estamos trabalhando nisso, estamos discutindo com a CUT nacional e com as CUTs estaduais – que queremos consumir, dentro da CUT e, futuramente, dentro dos sindicatos também, produtos agroecológicos da agricultura familiar. Nós queremos dar o exemplo. Estamos trabalhando até em ferramentas tecnológicas para poder fazer essa ponte entre agricultura familiar, agroecológica e sindicatos, para poder fazer esse consumo.

Obviamente a gente tem trabalhado com a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras, não apenas sobre o risco do consumo, mas sobre a utilização do uso do agrotóxico na alimentação.

Nós nos colocamos à disposição para a luta. Reforço o agradecimento pelo convite e a importância desse debate. Estamos à disposição. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Vanessa. Passo a palavra ao último orador da Mesa, o Professor Paulo César Ramos, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida no DF.

SR. PAULO CÉSAR RAMOS – Boa tarde. Cumprimento o Deputado, cumprimento a Mesa, cumprimento os companheiros dos movimentos sociais. Quero parabenizar também pelo evento organizado aqui, sobre este assunto que vem crescendo em importância.

Nós estamos vivendo um momento bastante singular, com todo esse retrocesso político a que estamos assistindo no País pela possibilidade de aprovação de uma PEC que congela os recursos públicos, de uma maneira complicada, por vinte anos.

Nós já temos uma série de problemas para executar as políticas públicas dentro dos órgãos de governo, que são responsáveis por muitas das coisas que têm que ser feitas para tratar dessa questão do agrotóxico, da alimentação saudável, da segurança alimentar. As políticas públicas carecem do fortalecimento das instituições públicas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42		

A campanha permanente trabalha de uma forma aberta, ela não é uma organização governamental nem não governamental. Ela é aberta. Ela trabalha através de parcerias com técnicos, estudantes, produtores, consumidores, associações, organizações sociais. E trabalha em todos os estados do Brasil; nós temos comitês em todos eles.

A gente tem o comitê aqui do Distrito Federal. Eu faço parte do comitê, e ele vem trabalhando, buscando através de parceria exatamente com quem faz a ciência, com quem traz a informação, com quem produz material, com quem produz filme, como foi o caso, a gente trabalhou aí em conjunto, contribuiu para aqueles dois filmes *O Veneno Está na Mesa*, que trouxe para o Brasil uma visibilidade muito grande do problema. O brasileiro ainda é um povo carente de informação, principalmente nas áreas mais afastadas dos grandes centros.

Então, esse filme foi divulgado pela televisão, foi divulgado pelos cinemas, foi divulgado pelas organizações do campo. Ele teve uma visibilidade muito grande e trabalhou bastante a consciência dos movimentos sociais também. Felizmente os movimentos sociais hoje pela terra e pela vida, como o MST, MLT e todos os outros, estão de parabéns pela sua consciência, que se desenvolveu ao longo dos últimos anos. A gente vê os congressos do MST, do MLT e de outras organizações produzirem trabalhos fantásticos, escolas para as crianças desses movimentos com uma consciência mais ecológica, uma consciência política. Então, os movimentos estão de parabéns por essa luta, por essa conquista.

A gente tem uma programação prioritária para campanha nos últimos tempos. Uma é essa questão realmente do PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, que, além de ser extremamente limitado, veio agora com uma nova versão. Veio com uma versão um pouco capenga, em vez de ampliar, em vez de ampliar informação, em vez de buscar mais, em vez de estudar mais fontes de resíduo, em vez de saber onde é que há resíduo de agrotóxico que possa causar problema.

Por exemplo, a gente aqui no Brasil não monitora produto industrializado, e a gente sabe que lá fora todas aquelas caixinhas que são muito comuns na mesa da classe média, os Kelloggs da vida, os Sucrilhos etc., hoje estão contaminados com veneno. Os Estados Unidos fazem mais pesquisas sobre essas coisas, embora lá estejam tão envenenados como estão os produtos aqui do Brasil, mas eles pelo menos estudam, monitoram. O Brasil não monitora quase nada.

O Para, que já era capenga, ficou pior. E, se vier essa PEC que pode aparecer por aí, onde vai parar o Para? Quer dizer, já está parado! Vai ficar como? Tem é que ampliar o arcabouço de busca, que procurar saber o que nós estamos comendo nas carnes, nos peixes, em mais produtos.

São muito poucos os produtos, são poucos os venenos que são monitorados, como a Karen trouxe aqui para a gente, não se monitora os efeitos da combinação dos venenos. A gente tem um problema sério, falando em Distrito Federal, pois

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43		

basicamente pouco mais de um quarto do Distrito Federal é voltado para o agronegócio, que tem uma dependência extremamente grande do uso de agrotóxico. Nessa região mais para leste do Distrito Federal em direção a Formosa, em direção a Cristalina, basta olhar as imagens do Google que a gente vai perceber o que está acontecendo ali.

Então, é uma produção voltada para *commodities*, não é uma produção de alimento para o Distrito Federal, é uma alimentação de exportação, extremamente dependente de insumos químicos e combustíveis, de uma tecnologia de alto gasto energético, quando o Distrito Federal poderia ser perfeitamente produtor de orgânico para muitas regiões do Brasil. Ele poderia não envenenar as suas águas, não envenenar seus solos, não envenenar sua gente. A gente está aqui produzindo alimento para fora, para enriquecer as agroquímicas, que vendem produtos, e os produtores de sementes, que vão produzir essas sementes patenteadas, transgênicas. Milho e soja hoje são transgênicos. Para o grande produtor, são transgênicos. Praticamente não existe mais plantação de soja e milho que não seja transgênica. E não existe transgênico que não seja altamente dependente do uso de venenos.

Aquele grande mito dos transgênicos, que nos fizeram engolir por muito tempo, de que diminuiria o uso de veneno; a gente já sabe, hoje, que isso era uma grande balela, principalmente porque o primeiro transgênico criado foi um transgênico para ser resistente ao herbicida. Então, era para gastar mais herbicida, mesmo. E, com a evolução dos sistemas agrícolas, com o uso dessas sementes dependentes de grande quantidade desses venenos, principalmente desses herbicidas, aí no caso dos transgênicos, veio também a tolerâncias de plantas aos herbicidas e com isso a complexidade cada vez maior desses transgênicos.

O primeiro transgênico que entrou no Brasil, era uma soja da Monsanto que era resistente, tolerante ao herbicida Roundup, da Monsanto, o mata-mata da Monsanto.

Hoje, são vários DNAs numa mesma planta, chamados de piramidados, porque numa mesma planta você coloca vários DNAs de diferentes eventos transgênicos para que a planta seja resistente ao mesmo tempo ao herbicida da Monsanto, ao herbicida da Syngenta, ao herbicida da Bayer. Enfim, então, hoje, é uma aplicação multiherbicida além dos inseticidas, além dos fungicidas, além de tudo o que é agrotóxico que vai nesse complexo, porque a monocultura extensiva é inviável sem esse uso intensivo de agroquímicos e fertilizantes químicos também.

Então, é uma questão também de discussão de modelo. As normas legais têm que evoluir no sentido de discutir o modelo. O que a sociedade quer como modelo de produção agrícola, agropecuária? O que nós queremos? Não basta dizer que o Brasil é quase o maior produtor agrícola do planeta. Isso não é mérito, isso é demérito, porque nós estamos com um modelo completamente insustentável. Nós estamos acumulando, jogando o problema para frente, para o futuro. Nós estamos acumulando defensivos, agrotóxicos, no ambiente, nas pessoas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 44

Aqui, na América Latina, a gente não monitora ainda. Talvez, a Argentina monitore alguma coisa. A gente não monitora o sangue das pessoas, a urina das pessoas. Recentemente, foi feito um monitoramento nos Estados Unidos da urina do americano, e está cheia de veneno. Se nós fizermos o do brasileiro, vai estar cheia de veneno. Nós somos o maior consumidor de veneno do planeta. Como vai estar o sangue, como é que vai estar a urina de cada um de nós? Como o companheiro ali falou, existem farmácia que não acaba mais.

Nós temos que discutir sobre essas coisas. Propor um modelo mais ecológico, um modelo que proteja a saúde, que proteja o meio ambiente, que dê segurança alimentar e que, ao mesmo tempo, dê riqueza, porque produzir alimentos saudáveis nos dá riqueza também. É uma questão de opção de modelo, nós temos que mudar o modelo.

Hoje, o poder econômico, o poder político está totalmente voltado para o modelo da monocultura extensiva, dos intensivos agroquímicos. Mas, a gente vai mudar isso. A sociedade tem se conscientizado. Muitos já não compram mais. Quem tem um pouco de recurso, só compra produto orgânico ou de produção conhecida que não seja certificada, mas reconhecidamente sem veneno, para evitar problemas de saúde.

O colega falou sobre a questão da criação das zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, eu diria, isso é importantíssimo. Nós estamos trabalhando, a campanha tem trabalhado dentro dos conselhos de parques. Nós estamos trabalhando no Conselho da APA, do Pouso Alto, da Chapada dos Veadeiros, estamos trabalhando aqui no Conselho da APA do Planalto Central, estamos trabalhando no Conselho do Parque Burle Marx, estamos entrando nos conselhos dessas unidades e propondo que as suas zonas de amortecimento sejam consideradas zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, porque não existe transgênico sem agrotóxico.

Trabalhamos com organizações que lidam com o produtor no campo, com as organizações sociais como a SPTA, como a Associação Brasileira de Agroecologia, Articulação Nacional de Agroecologia, com a CUT, com os sindicatos. Nós estamos tentando fazer o máximo de capilaridade para que esse tema se torne um tema da consciência nacional, que o brasileiro saiba o que quer, saiba o que é bom para ele.

Então, esse é o papel da campanha, alertar políticos, alertar a sociedade e pegar a contribuição dos técnicos e dos cientistas e levar isso para toda a sociedade.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui dando a contribuição da campanha e convido todos a participarem da campanha. É um movimento aberto. Nós temos reuniões periódicas aqui no Distrito Federal, é só entrar em contato. Tem o *site* na internet, é fácil de chegar a ele. E nós estamos aí para contribuir com a melhoria das condições da produção do alimento, da defesa do meio ambiente e da segurança alimentar.

Muito obrigado. (Palmas.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45	

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Professor Paulo César.

Nós vamos agora ouvir a plenária. São nove inscritos.

A ideia, geralmente, quando a gente faz essa comissão geral, é sempre alternar alguém da Mesa com a plenária, mas a Mesa foi crescendo, crescendo, e foi enriquecendo o debate. Eu queria pedir a compreensão de vocês e pedir desculpas, mas, embora não tenhamos feito essa alternância, acho que todos aqui tivemos uma aula de vários pontos de vista diferentes.

Quero dizer a vocês que é regimental. Vou marcar aqui três minutos para cada orador, até porque já está estourando o nosso prazo para utilizar o plenário. Então, vou pedir que vocês sejam bastante objetivos. São três minutos.

Passamos a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Marco Antônio Barato, da direção do MST. Em seguida, ao Sr. Kleber Souza dos Santos, Diretor de Fiscalização do CREA.

Com a palavra por três minutos, Marco.

SR. MARCO ANTÔNIO BARATO – Boa tarde. Na verdade, sem chover muito no molhado, porque estou contemplado com as falas, com as análises...

Acho que do ponto de vista técnico, embora eu concorde com o Professor Paulo, ainda, tecnicamente, existe no Brasil, quando o tema é o agrotóxico e o transgênico, quando o tema é a produção de *commodity* ou agronegócio, o monitoramento ainda é muito falho, ele é praticamente um traço no Brasil. Mas do ponto de vista das análises técnicas e dos diversos estudos técnicos que nós temos em diversas universidades e centros de pesquisa, acho que não há dúvida do malefício do agrotóxico e do que ele representa hoje, numa cadeia, do que ele representa para a agricultura mundial, do ponto de vista de concentração de força política.

Falar em agrotóxico ou falar de como ele se organiza hoje como um dos elementos, como um braço central da dominação da cadeia de produção, inclusive dos modos e dos meios de produção... Ele é um elemento que dialoga, a partir das análises técnicas que a gente tem e estuda.

Os parceiros dos movimentos sociais e os que também não são dos movimentos sociais dentro das universidades vêm desenvolvendo e trazendo para nós a clareza de que esse debate, além de ser central, como foi dito aqui, é um debate de modelo de produção.

Então, nós temos que entender isso para além do ponto de vista técnico, que acho que é importante – ressaltando. Mas, se não fizermos uma combinação desse debate dando centralidade no debate político, nós avançamos pouco, porque, por mais que tenhamos estudos – e são muito importantes, porque os estudos dão a base para que possamos combater, dão a nossa base de direcionamento, inclusive para trazer elementos concretos de onde a gente tem que andar, por onde a gente

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 46

tem que ir, qual modelo a gente tem que seguir. Se não houver uma combinação no debate político amplo, pouco se anda.

As audiências são muito importantes, os estudos são muito importantes, mas nós temos uma bancada ruralista na Câmara Federal com mais de 50%, todos eles fazendo *lobby* para as grandes empresas do agronegócio.

Então, a reforma agrária, por exemplo, se um debate de agrotóxico cair hoje no Congresso Nacional, é pulverizado igual aquele aviãozinho ali faz a pulverização aérea nas lavouras. É pulverizado esse debate. Porque, do ponto de vista político, o professor foi muito feliz em dizer, eu corroboro e concordo, a linha da Via Campesina é a linha do MST. O debate central é político, hoje nós vivemos um momento dentro da crise do capital em que as fusões das grandes multinacionais é que dão a linha do processo, inclusive de dominação da cadeia de produção, seja da semente transgênica até o alimento que vai no final na gôndola do mercado, e essas grandes fusões... Agora, recentemente, a Bayer compra a Monsanto, que compra outra, que compra outra, que produz remédio, que produz veneno, e a gente de forma objetiva não consegue... É um debate do Davi contra o Goliás, ali no caso invertido, porque a gente não consegue travar um debate sério e um debate concreto de poder minimamente avançar numa linha em que os trabalhadores possam ter uma mínima alternativa hoje de se produzir numa outra lógica, num outro modelo. Assim, do ponto de vista político, a gente está extremamente enfraquecido e, agora, com o novo processo, a nova linha de debate, o governo ilegítimo, enfim, os processos de corte e ajuste fiscal que está havendo no governo federal para cima dos trabalhadores tendem a problematizar mais a questão do debate na agricultura.

Enfim, qual a nossa proposta? Para apresentar algo concreto, acho que é recuperar. O debate tem que ser de modo de produção, debate do plano nacional de agroecologia e produção orgânica. Eu acho que, quanto a esse debate que está sendo engavetado, que é frágil, do ponto de vista federal, nós temos que falar de modelo de enfrentamento aqui, nós temos que falar de modelo de produção. Não há hoje condição de a gente apenas debater de modo superficial a redução de agrotóxicos se a gente não repensar o modo de produção. Os meios e os modos de produção na agricultura. Não há como pensar hoje em produção de alimento saudável, se a gente não pensar em reforma agrária. Nós temos que democratizar o acesso à terra. Vamos distribuir a terra porque o latifúndio avança e ele precisa avançar. E, quanto mais ele avança, mais agrotóxicos, mais transgênicos. A combinação é essa mesmo.

Então, temos que apresentar uma alternativa e, no entendimento da Via Campesina, o modelo ou a matriz agroecológica hoje pode ser a forma de a gente concretamente apresentar uma alternativa a esse modo de produção para que a gente possa trazer elementos combinados na pesquisa – porque a Embrapa só pesquisa para agronegócio, não tem pesquisa, a pesquisa da agroecologia é de 5%. E que ela possa ser combinada nos cursos de agronomia, que possa ser combinada nas escolas, que possa ser combinada com políticas públicas com relação

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		47

aos créditos, facilidades nos créditos, que possa ser combinada na distribuição de recursos, na democratização fundiária.

Que a gente possa ter um elemento, uma alternativa concreta para comprovar, como vários países vêm fazendo, que a gente tem condição, aliando a técnica, aliando a pesquisa, de ter uma outra forma de produção que não só a produção de *commodities*, ou só a produção de sementes transgênicas ou só a produção de veneno. Porque, por detrás disso, há o interesse político de manutenção de poder e uma estratégia de conseguir, de acumular terra e acumular riqueza a partir da exploração do trabalho dos pequenos agricultores que hoje estão sendo expulsos de suas terras e tendo que vir para as periferias das grandes cidades vender sua força de trabalho e não têm a mínima condição de viver nos seus pedaços de terra, como historicamente a gente vem sofrendo nesses quinhentos anos, quinhentos e poucos anos de exploração da terra no Brasil.

Então, acho, Deputado, que a gente tem que retomar um debate, talvez aprofundar no DF um debate de uma proposta de um plano estruturado de agroecologia e produção orgânica que envolva os diversos segmentos e que envolva uma combinação de setores, desde os setores de pesquisa, desde os setores populares, desde os setores vinculados à educação, às universidades para que a gente possa elaborar um projeto alternativo a esse modelo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Beleza. Obrigado, Marco.

Concedo a palavra ao Sr. Kleber Souza dos Santos, Diretor de Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF.

SR. KLEBER SOUZA DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Deputado. Primeiro, eu o parabeno pela iniciativa desta comissão geral. Eu acho que isso é importantíssimo e que o debate precisa continuar. Parabeno também os que me antecederam na exposição.

Para ser breve, eu queria ler o art. 1º da lei que criou o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Ele diz que as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano. Então, o Crea é uma autarquia federal. Ele existe nas 27 Unidades federativas e tem como princípio a defesa, principalmente, do interesse social e humano. Isso é muito mais do que uma questão corporativa.

Como o Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal apresentou – ele também é coordenador da câmara –, a fiscalização na área agrônômica tem se intensificado ultimamente. Eu já estou no quinto mandato de conselheiro no Crea e depois de muito tempo é que a Agronomia está começando a ter uma presença mais forte. A Agronomia tem como princípio, entre as engenharias, a questão da vida. Na nossa formação, recebemos também formação em Sociologia e temos oportunidade de trabalhar com a questão dos movimentos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	48	

O Cléberson apontou muito bem os resultados das fiscalizações, mas eu queria fazer um comentário sobre um aspecto mais qualitativo do que encontramos sobre a questão do agrotóxico. A gente precisa de dados, de números também, e me angustiava muito como estava a situação.

Eu tive o grande benemérito de ter sido extensionista da Emater. Fiz concurso. Agora fiz concurso para o Ministério da Agricultura e trabalhamos nos escritórios de Alexandre Gusmão, Brazlândia, Rio Preto, Tabatinga. Aliás, um dos primeiros cursos de agricultura orgânica fomos nós que realizamos em Tabatinga, em 2008, se não me engano. Montamos algumas feiras de orgânicos no Plano Piloto, porque o pessoal precisa ter espaço para comercializar. Também fizemos receita de agrotóxicos, porque houve situações em que eram necessárias. O ideal é que não se aplique, mas procuramos fazer um receituário.

A angústia era a seguinte: como está a situação aqui, em uma unidade federativa que tem produção orgânica, tem produção em transição, mas tem também uma produção convencional que ainda precisa usar a ferramenta. O ideal é que não precise. Além dos dados, o que encontramos é que a falta de controle é muito grande, pelos dados do Crea DF. Essa é a verdade.

Uma situação foi bem característica. Nós procuramos dialogar com todos os atores. Fomos até o PAD/DF, dialogamos com os produtores da cooperativa de lá; reunimo-nos com os representantes das casas agropecuárias que vendem os insumos. É importante ouvir todas as pessoas. Foi muito interessante, pois na reunião com os representantes de casas agropecuárias, que são pequenos empresários que geram empregos e têm um trabalho também relevante aqui, eles falaram o seguinte: não conseguimos ter o receituário agrônomo, não chega receituário agrônomo na revenda. Os dados da fiscalização apontaram isso. Não está tendo receituário no campo, não está havendo controle.

O receituário é um instrumento que está na Lei nº 7.802. Temos que batalhar para ela não retroagir, porque há propostas de substitutos. A lei diz que o receituário tem que ser emitido por profissional legalmente habilitado, quando for necessário. De fato, as revendas não têm esse instrumento para revender e, muitas vezes, ficam de mãos atadas também, porque chega o produtor e demanda o produto. Então, esse é um fato que precisa ser trabalhado.

A audiência é muito boa porque dá visibilidade a esse fato. Nós temos grande capacidade de fazer um grande trabalho aqui no Distrito Federal pela agropecuária do Distrito Federal. A empresa de extensão rural é destaque no País em termos de qualidade, temos técnicos, produtores, produtores familiares que têm uma grande capacidade crítica, há os movimentos. Eu acho que essa é uma grande oportunidade de pegar esses dados e realmente fazer uma avaliação, para não ficar somente na publicidade. É importante, mas de fato o que isso está rendendo para reduzir e até eliminar a questão do agrotóxico?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 49

Que o produtor tenha alternativas, de fato, tecnológicas, e tenha acesso àquelas que já existem para uma produção sustentável e de qualidade nessa pequena grande unidade federativa.

Obrigado. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Sr. José Mario, da Executiva Nacional do Movimento de Luta pela Terra – MLT.

SR. JOSÉ MARIO – Boa noite a todos. Em nome do acampamento do MLT em Sobradinho, eu saúdo todos os acampamentos representados neste debate. Na pessoa do Presidente, saúdo os presentes e, na pessoa da Dra. Karen, as mulheres.

Eu gostaria de falar para vocês, como já foi um tema bastante tocado, sobre a felicidade de estar aqui neste momento com a nova formação dos produtos, Mueller. Há pouco tempo, o leite era conservado com sódio e formol para prolongar a vida, mas parece que, hoje, está servindo para abater insetos em algumas fazendas perto do Distrito Federal. Falo ao Dr. Muller para não continuar bebendo a água na sede da fazenda dele, porque ela está contaminada, como a maioria das águas minerais ao redor do Distrito Federal e em Goiás. O agronegócio faz isso. Então, falo para ele preservar a vida da família dele, que está correndo risco ao beber água contaminada.

Digo ao Deputado Ricardo Vale que vai ser difícil ele conseguir colocar no projeto de lei a descrição de quanto por cento de agrotóxico deve ter nos materiais, porque o agronegócio não vai deixar. No Brasil, secantes que são proibidos no mundo todo, aqui se usam diariamente para secar soja: é o 2,4-D. Se botar nas embalagens, não vão exportar nada. Por isso, vai ter problema, sim, para colocar no projeto de lei essa questão da quantidade de agrotóxico em cada alimento que vai para a prateleira.

Para terminar, sugiro que, se possível, se faça uma zona livre de agrotóxicos e transgênicos. Basta o governo ter a coragem de priorizar algumas regiões com o assentamento da reforma agrária, um assentamento agroecológico que mantenha as cabeceiras dos rios e dos córregos preservados. Basta ver o exemplo que o Deputado Wasny de Roure deu da fazenda do Mário Zanatta, onde havia meia tonelada de veneno chinês. É uma cabeceira de três rios importantes ali em Águas Emendadas. Ele estava envenenando essas nascentes e foi um processo muito discutido no Brasil o uso de produtos importados de maneira irregular.

Era isso o que eu tinha a falar. Boa noite a todos. É um prazer estar aqui neste momento. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, José Mario, da Executiva Nacional do MLT.

Chamo o Dr. Juliano Chacker, coordenador da FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa, da Universidade de Brasília, por três minutos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		50

SR. JULIANO CHACKER – Boa tarde, Sr. Deputado. Boa tarde, líderes dos movimentos sociais; ilustríssima Mesa. Sou o professor Juliano, da UnB. Obrigado, Deputado Ricardo Vale, pela oportunidade da minha fala. Como disse o nosso colega Vicente, eu sou coordenador de um projeto financiado pela FAP/DF, que visa a estabelecer uma rede para estudos direcionados à água. A gente procurou reunir diferentes expertises – físicos, geógrafos, químicos, físicos – para que, em conjunto, a gente criasse uma solução multidisciplinar para a questão da água e da contaminação por agrotóxicos e metais pesados.

Então, com essa rede multidisciplinar, a gente conseguiu, em curto espaço de tempo, constatar três ambientes, três cenários diferentes, no Distrito Federal que deveriam ser abordados: as contaminações urbanas; havia um outro cenário que era proveniente da cultura hortifrutigranjeira; e um terceiro cenário que era proveniente das megaculturas, que envolvia a cultura de pulverização aérea.

Baseados nesses três cenários, estabelecemos quais seriam as regiões do DF que englobariam os nossos pontos focais de estudo. Com base nesses pontos focais, constatamos a fragilidade da fiscalização e do controle nessas regiões. A gente viu que existiam autos de infração ambiental de uso indiscriminado de agrotóxicos. Assim, esse esforço coletivo nos levou a propor à Câmara Legislativa do Distrito Federal a criação de um laboratório na Universidade de Brasília em que fosse específico o estudo de agrotóxico.

Então, a gente tem como proposta a criação do laboratório CAATA – Central Avançada de Análise Toxicológicas e Ambientais –, que daria suporte ao DIVAL – Departamento de Vigilância Ambiental, ao LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública do DF e a outros órgãos de fiscalização no sentido de fomentar com resultados essas políticas públicas, porque ficou clara, na fala dos colegas anteriores, essa necessidade de mais dados.

Então, venho aqui agradecer novamente esta fala e eu queria lançar esta proposta - a gente gostaria de um apoio dos colegas, de todos - para a consolidação desse laboratório no Distrito Federal. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Juliano.

Passo a palavra, por três minutos, ao Professor Jailson Calodo, do Setorial Pessoa com Deficiência, do Partido dos Trabalhadores por três minutos.

SR. JAILSON CALODO – Boa noite. É uma honra estar aqui. Eu quero parabenizar a Mesa pela aula magna em que hoje estive. Sou professor, jornalista e Conselheiro Fiscal do SINPRO – Sindicato dos Professores. Meu companheiro do Sinpro também estava aqui.

Eu vim falar o seguinte. A minha preocupação é com meus alunos que comem a merenda e a nós professores ficam perguntando: como é que isso é produzido? Que tipo de produto é jogado nas sementes? Como é que está a água que estamos bebendo?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 51

Há essa preocupação, e isso não é colocado em sala de aula porque nós não temos acesso a essa informação. Por nós não termos esse acesso, alguns professores vão atrás. Eu fui atrás. Fui procurar. Fui à EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Procurei alguns colegas agricultores. Agradeço aqui à bancada dos agricultores familiares, às mulheres que lutam com a terra, aos agricultores que sempre estão aí na luta.

Então, eu fiz um projeto chamado Toca da Minhoca. Por que Toca da Minhoca? É até engraçado. A minha escola tem uma área de 800 metros. Eu falei: “aqui se pode produzir”. Eu peguei a enxada, cavouquei e vi que havia minhocas. Se há minhoca, há vida. E eu falei: “pô, gente, vamos melhorar o lanche dos nossos alunos com comidas orgânicas: batata, cana, mandioca etc.” Aí começamos um trabalho com alunos e professores para desenvolver esse projeto. E conseguimos. É possível produzir. É possível ter um lanche saudável. Basta ter apoio do governo, das entidades, das empresas, da sociedade em geral.

Vim aqui hoje dizer que as escolas públicas têm espaço para produzir. É uma aula sair de sala de aula, produzir em seus espaços. As escolas do Distrito Federal têm terreno abundante para se produzir horta. Hoje, produzimos essa horta na minha escola, no Centro Educacional 6. Essa horta se chama Toca da Minhoca. E tem mais um referencial, é uma horta produzida por pessoas com deficiência, pessoas PCD, professores e alunos PCD.

Eu peço ao nosso querido Deputado Ricardo Vale que apoie esta iniciativa, que as escolas públicas aproveitem os seus terrenos para produzir horta, porque não podemos esperar só do pequeno agricultor, só do governo. Temos que inserir a comunidade, a comunidade escolar, a comunidade em geral.

Eu vim aqui parabenizar esse evento e pedir o apoio do nosso querido Deputado Ricardo Vale, de toda bancada e desta Casa para ajudar as escolas a construírem suas hortas comunitárias para que os alunos tenham um lanche de qualidade.

Muito obrigado. Eu vou entregar o documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Jailson. Eu me lembro, Jailson, de que, na oitava série, eu tinha uma matéria chamada Práticas Agropecuárias e Extrativismo – PAE. Durante seis meses, fizemos uma horta legal com rabanete e outros vegetais. Infelizmente, hoje nós não temos mais essa matéria, acho que está fora do currículo, da grade curricular. Vamos ver aqui o seu projeto, como é que a gente pode construir isso no âmbito do Distrito Federal.

Pode contar comigo.

Concedo a palavra à Sra. Maria José, trabalhadora rural da comunidade Renascer Palmares.

SRA. MARIA JOSÉ – Eu sou da comunidade Renascer Palmares. Quero dar a todos do plenário e da Mesa boa noite. Eu gostaria de fazer uma pergunta: por que a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 52

política de reforma agrária do pequeno produtor ou da agricultura familiar é tão pouco valorizada ante aqueles que se chamam grandes? Quando se fala de grande, fala-se que Monsanto é grande, como se ele fosse grande. Eu diria que grande é aquele que tem consciência e amor pela terra e amor pelo semelhante.

Alguns anos atrás, assisti a uma palestra de agroecologia na UnB de Planaltina. Havia ali um professor que fez menção de que, quando começou o transgênico, foi feito um estudo sobre o efeito dos transgênicos e os seus impactos na saúde humana. Ali ele fez menção de que os primeiros estudos comprovaram que os transgênicos produzem o engrossamento das paredes intestinais, ou seja, foi comprovado o impacto negativo do uso dos alimentos transgênicos na saúde do ser humano. Por que, então, há uma permissão legal da produção dos transgênicos? Inclusive, foi aprovada aquela lei que prevê a retirada dos rótulos daquele teinho que mostra quais são os alimentos transgênicos.

Há um texto na Bíblia que eu gostaria de ler. É apenas um versinho que diz assim: "Ai daqueles que promulgam leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo". O que é a opressão? É você induzir uma criança, uma sociedade pobre, marginalizada, a usar um alimento nocivo à saúde, cheio de agrotóxicos, alimentos como os transgênicos que são de interesse dos grandes. Por que se criam leis que favorecem esses que se dizem grandes em detrimento de milhões de pessoas que estão morrendo de câncer? Isso foi comprovado. Foram várias as falas aqui a respeito do câncer.

Eu gostaria de fazer um apelo a esta Mesa: estudem melhor as nossas leis, essas leis que são aprovadas nesta Casa. Olhem o interesse dos pequenos, porque não é o grande, o latifundiário que produz alimentos orgânicos. Não são eles, são os pequenos produtores, são aqueles que estão lutando por pedacinho de terra aqui no DF.

Eu estou lutando por um pedacinho de terra lá perto de Sobradinho. Quando eu fui para lá, disseram-me que, dentro de seis meses, a terra ia ser liberada. Já está indo para nove anos o período em que eu estou lá. Há pessoas que estão há quatorze anos. Isso é uma negligência. Isso, na verdade, é um desprezo para com o pequeno produtor. E é esse que está lá lutando. Lá tem muitos que podem até querer vender a terra, porque tem mesmo. Mas muitos estão lá porque querem viver na terra, porque querem sair da cidade.

Eu tenho um histórico familiar de agricultores. Eu sou produtora rural, estou lá lutando por um pedacinho de terra. Estou terminando um curso de técnica em segurança do trabalho neste final de ano. Eu vou dizer a vocês que uma das dificuldades da medicina atual é fazer o nexa causal entre a doença e a sua causa.

Normalmente, as pessoas que têm problemas com o uso de agrotóxico... Não é só o produtor que tem esse problema, porque o produtor está lá exposto a uma maior quantidade, mas todo ser humano depende do alimento produzido na

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	53	

terra. Então, deveria ser valorizado o pequeno produtor, porque é ele que quer produzir os alimentos orgânicos, esses que fazem bem a nossa saúde.

Então, eu gostaria de fazer um apelo a esta Casa e a todos nós para que possamos lutar, realmente, com garra e com honestidade, para que possamos colocar nossas cabeças no travesseiro e dizer: eu fiz o melhor que pude nesse dia. Eu não aprovei ou fiz aquilo porque enche o meu bolso. Não, eu fiz porque é melhor para o meu irmão, para o meu companheiro e para a humanidade, porque é esse o legado que temos que deixar.

Nas escolas, eu até acredito que deveria ter duas disciplinas básicas. Uma é uma disciplina formal, que seria o estudo e o conhecimento de saúde já nos primeiros anos de vida, que, aliás, deveria vir dos pais, os pais deviam deixar esse legado para seus filhos. Mas a nossa sociedade também deveria colocar na matriz escolar uma disciplina que ensine as crianças nos seus mais tenros anos – porque a pedagogia ensina isto – a forma de transmitir às crianças pequeninas o cuidado com seu próprio corpo, com sua própria saúde. Porque, se isso viesse do berço, hoje nós teríamos uma cidade que não teria esses lixões absurdos que estão contaminando, aqui em Brasília, os mananciais de água; nós não teríamos esses alimentos cheios de agrotóxicos que estão em nossa mesa, esses que quem mora na cidade é obrigado a usar.

E quem mais usa os alimentos... Como o companheiro Vicente muito bem colocou, a quantidade de uso de agrotóxico no Lago é 1% e, nas periferias, chegou a 30%. Por que isso? Então, eu acredito que as leis devem proteger tanto os grandes – eu digo assim – quantos os pequenos, que, na verdade, são os grandes porque são os pequenos que têm uma consciência maior, mas simplesmente não tiveram muitas oportunidades. Aqueles que tiveram um pouquinho de oportunidade de se empoderar do conhecimento têm uma consciência mais profunda de irmandade, e, neles, existe mais companheirismo, existe mais o desejo de sair daquela situação.

Eu mesmo vou à feira muitas vezes e não tenho condições de comprar o orgânico. Vou confessar: eu não tenho. Por quê? Porque é um privilégio daqueles que têm poder aquisitivo mais elevado. Deveríamos defender todos os cidadãos, que realmente se beneficiariam com esse alimento.

Então, fica aqui o meu apelo para se realmente criar leis para que as pessoas sejam coibidas das práticas que prejudiquem à saúde. Por exemplo, o companheiro falou também do receituário do agrônomo. Compra-se agrotóxico de uma forma muito simples. Qualquer um chega lá e compra. Cadê o papel do agrônomo? Onde está a importância do seu trabalho de estar ali receitando realmente?

O agricultor, muitas vezes, não sabe nem ler. Há aqueles rótulos com aquelas letras, e ele tem que colocar duas lupas, uma em cima da outra, para poder enxergar o receituário. Ou seja, o pequeno agricultor, muitas vezes, não tem acesso nem à leitura, porque, infelizmente, as nossas políticas não favorecem isso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		54

Então, eu gostaria de deixar um apelo a esta Casa. Sei que o tempo é curto, a hora já está avançada, mas eu até fiz uma cartinha de mão com a minha companheira Jane, que teve que ir embora. Ela pediu que eu fizesse. Vou deixar depois com o Deputado Ricardo Vale. Eu gostaria que, depois, fosse avaliada melhor a nossa demanda, inclusive dos assentamentos do Distrito Federal, esses que estão querendo um pedacinho de terra para plantar. Falo também lá da nossa região de Sobradinho, que nós estamos pleiteando aqui. É um espaço para a produção de alimentos orgânicos.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Da. Maria José. Acho que seus questionamentos são muito importantes. Esses porquês que a senhora coloca aí são profundos.

Acho que essa comissão geral, falando aqui pelo nosso mandato, pela nossa atuação aqui, é um momento importante para inclusive passarmos para o conjunto dos outros Deputados estas interrogações e estas perguntas tão profundas que a senhora colocou: por que, por que é assim?

Então, fica aqui o compromisso deste Parlamentar de passar essas dúvidas e perguntas aos demais Deputados desta Casa, para que eles possam se somar a todos nós, a fim de mudarmos essa realidade que a senhora muito bem colocou.

Eu gostaria de chamar Demis Nunes, assessor do Deputado Federal Padre João. Depois, teremos só mais dois inscritos e vamos para os encaminhamentos.

SR DEMIS NUNES – Meu nome é Demis. Estou na assessoria do mandato do Deputado Federal Padre João.

Com relação ao projeto de lei do Deputado e principalmente com relação à indagação do colega do Sindicato de Produtores Orgânicos, acho que existe uma maneira simples de se contornar o problema: um artigo que isente os produtores certificados como orgânicos de colocar a inscrição no produto, uma vez que o produtor orgânico já respeitou uma legislação específica. Então, acho que isso é facilmente contornável.

Como foi feita uma referência à questão da água, eu gostaria de dizer que o Ministério da Saúde tem um sistema chamado SISÁGUA – Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, que monitora resíduos de agrotóxicos nas águas. Em 2011, ele fez o Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, que só foi publicado em 2013 – acho que, até sistematizar os dados, demora.

Eu queria falar isso para vocês, porque fica uma ideia de que, às vezes, não chega à água. Eu convivo lá na Câmara. Muitos Deputados, até agrônomos – eu sou agrônomo também –, juram de pés juntos que agrotóxico não faz mal à saúde, que agrotóxico não contamina o meio ambiente e que é até possível beber um copo de agrotóxico. É um absurdo. Se você ler a bula do Roundup, lá é dito que ele é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		55

perigoso para isso, para aquilo, que corrói as vias aéreas, um monte de coisas. Detesto ouvir esses argumentos de que se pode beber agrotóxico. É uma conversa muito baixa.

Quanto a esse monitoramento das águas, tenho dados do Estado de Goiás. Por exemplo, em Anápolis, na água potável, na água ofertada pela rede pública ou pela rede privada, pela concessionária, foi encontrado heptacloro e Hepta Clean, na água que chega à nossa casa. O valor encontrado era, se não me engano, de 0,04 microgramas por litro e o permitido é 0,03. Ou seja, estava acima do permitido. Tenho dados de outros municípios, como João Pinheiro, que é próximo daqui, onde foi encontrado Aldrin no valor de 1, e o limite é de 0,03. Quantas vezes está acima? Não vou falar de outros municípios. Há vários. Depois poderei disponibilizar os dados. Existem vários estudos que mostram que a nossa água potável, a que chega à nossa casa, na cidade, está contaminada. E falar que não existe relação de doença com agrotóxico é uma coisa absurda também.

Na Câmara dos Deputados, vemos também a discussão do pessoal da Frente Parlamentar da Agropecuária e das indústrias Monsanto e Syngenta. Você percebe que esse pessoal está todo preocupado também. O sistema de produção é insustentável. Eles mesmos já estão revendo uma nova forma de produção dos produtos deles. Eles sabem que isso vai acabar.

Eu concordo com a fala dos companheiros. O nosso modelo de produção tem que ser diferenciado. A gente teve cinquenta, sessenta anos de incentivo a esse modelo de produção. A gente precisa também, hoje, ter incentivo a um novo modelo que propicie a produção agroecológica. Sem isso, a gente não vai avançar para um sistema mais limpo de alimentos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Dênis.

Concedo a palavra ao Sr. Gilson José, estudante de Agroecologia do Instituto Federal de Brasília – *Campus Planaltina*.

Em seguida, ao Sr. José Ferreira Lima, representante do MST Pipiripau II.

SR. GILSON JOSÉ – Em primeiro lugar, fora Temer! Em segundo, quero agradecer esta iniciativa do Deputado Ricardo Vale.

Meu nome é Gilson. Eu sou aluno do Ensino Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal. Eu queria começar minha fala dizendo que, há mais ou menos sessenta anos, a jornalista Rachel Carson escreveu *Primavera Silenciosa*, que foi a primeira notícia que se teve no mundo sobre a desgraça que o agrotóxico faz na vida das pessoas. Depois foi perseguida pela indústria química e morreu de câncer.

Alguns dados, eu trouxe aqui. A gente sabe que o agente amarelo que houve na guerra do Vietnã, depois que acabou a guerra, virou um depósito de lixo nos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º	12	2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				56	

Estados Unidos, e esse lixo foi dividido em cotas para os países subdesenvolvidos, que viraram os DDTs – diclorodifeniltricloroetano da vida, que hoje são os pesticidas.

Então, eu queria falar também que, além de o agrotóxico não ter um controle quanto às doenças, o paciente, quando chega ao hospital, é diagnosticado com outra coisa. Não dizem que ele está intoxicado. Aqui na região de Unai, foi feito um hospital para atender pessoas com câncer. São muitos dados que nos fazem cientes de que o agrotóxico mata. Não tem manuseio certo nem forma correta.

Lá no Instituto Federal, temos pesquisas com biocidas, com plantas biocidas, com homeopatia, com fitoterapia, e a agroecologia tem a possibilidade e a capacidade de produzir em grande escala. Esse mito de que a agroecologia... Não. Existe a possibilidade de produzir alimentos em grande escala.

Eu queria falar também que hoje o Distrito Federal tem uma utilização muito intensa de agrotóxicos, principalmente na região de Planaltina. A gente vem analisando empiricamente que essas águas são usadas e jogadas no ribeirão. E esses ribeirões, esses rios são aqueles que abastecem as fontes que levam água para as nossas casas.

Então, eu queria pedir ao Deputado que procurasse o Instituto Federal, procurasse escutar a comunidade acadêmica, porque eu acredito que (Falha na gravação.) a academia tem muitos projetos que podem ajudar na construção desse PL.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Quero registrar a presença da Dra. Aline Marques, advogada popular dos movimentos sociais, a quem agradeço a presença.

Concedo a palavra ao Sr. José Ferreira Lima, representante do MST Pipiripau II.

SR. JOSÉ FERREIRA LIMA – Eu não sou assentado ainda, mas a gente fica preocupado quando ouve falar em agrotóxico. O pobre, com tanta praga que a gente vê sendo aplicada nas lavouras, não morreu ainda porque é teimoso e perseverante. A grande extensão de agrotóxicos se dá porque a fiscalização da terra em si é pouca. Não existe uma lei que dê origem ou total autonomia a nenhum órgão para desativar ou mesmo tomar as grandes extensões de terras que os latifundiários grilaram e tomaram conta.

Nós, pequenos produtores, na minha região, mesmo onde produzo, estamos tentando produzir orgânicos e agroflorestal, mas estamos sofrendo com os nossos vizinhos. Do outro lado, o que vemos é trator passando veneno, jogando agrotóxicos na terra. Com isso, contamina-se o nosso lado, jogam-se os insetos para o nosso lado, e a gente fica sem saber o que fazer.

Se tivéssemos uma lei específica que desse autonomia a algum órgão do governo para realmente combater os grandes latifundiários, seria bem mais viável

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	57		

combater também esses agrotóxicos que a gente vê sendo jogados nas lavouras. Mas, como não há essa lei, que dê direito a um órgão de ir até lá e combater a grilagem de terra ou estipular um limite de terra para plantar... porque, além de plantarem no que eles dizem que é deles, eles invadem áreas maiores, devastam e plantam jogando agrotóxicos.

Então, a Câmara dos Deputados, cujos membros são eleitos pelo povo, deve ter autonomia para criar leis para combater essa praga que os latifundiários jogam em cima da gente. De outra forma, fica inviável os pequenos produtores seguirem em frente. Às vezes, até abandonam a sua terra, porque não acham meios de produzir, ao verem que, em volta deles, há um bocado de caranguejos querendo comê-los. É difícil trabalhar dessa maneira.

O apelo que faço a esta Casa, aos Deputados presentes, é que criem leis específicas, que deem autonomia a algum órgão do governo para ir em cima desses latifundiários, grileiros de terras, a fim de que eles regularizem as terras, não joguem mais agrotóxicos em cima delas e, assim, os pequenos agricultores tenham a habilidade de trabalhar tranquilamente para produzir e alimentar as suas famílias.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. José Ferreira Lima.

A assessoria conseguiu anotar alguns encaminhamentos. Esta comissão geral foi toda gravada. Ainda vamos sistematizá-la, vamos verificar se há mais alguma coisa importante que foi colocada aqui, mas anotamos uma série de encaminhamentos que vou ler agora, para desencadear um debate mais amplo.

Antes, porém, concedo a palavra à Sra. Claudia Magalhães, do CEREST/SES – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretária de Saúde.

SRA. CLAUDIA MAGALHÃES – Pessoal, eu sou Claudia e estou na Diretoria do Cerest, que é o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. É um órgão do GDF, da Secretaria de Saúde, que recebe recursos do Ministério da Saúde para desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores.

Temos um projeto de saúde do trabalhador rural, que é um dos mais antigos no Cerest. A partir dele é que podemos colher alguns dados de intoxicação que servirão de base para o relatório do Getrin, que foi citado aqui pelo caro Vicente.

Eu queria dizer que gostaríamos de estar bem integrados com todos vocês.

Eu gostaria de parabenizar V.Exa., Deputado, pela iniciativa. Foi realmente muito construtivo este encontro de hoje. Quero aproveitar para convidá-los a conhecer o CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Nós temos ações em Tabatinga, temos um médico de família lá, o Dr. Carlos. Nós trabalhamos com ele no sentido de ele ser capacitado para identificar as intoxicações. Infelizmente os médicos não têm essa cadeira de uma forma forte na sua formação, eles precisam dessa formação, e o Cerest contribui para isso. Então eles estão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 1º 12 2016	Horário Início 15h25m	Sessão/Reunião 107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	Página 58

identificando cada vez mais os casos de intoxicação de suas regiões, e, assim, o nosso banco vai ficando cada vez mais robusto com as notificações.

Foi um prazer, espero podermos trabalhar mais juntos. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Cláudia.

Eu vou ler os encaminhamentos que pegamos da assessoria. Se alguém quiser fazer alguma observação ainda, a gente anota aqui.

Desencadear o mais amplo debate sobre os efeitos dos agrotóxicos na alimentação dentro da rede de educação e saúde, uma vez que já foi apresentado aqui um projeto de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 699, de 2015. Este obriga que 30% dos recursos financeiros oriundos do Tesouro do Distrito Federal que sejam utilizados para adquirir gêneros alimentícios para alimentação escolar sejam da agricultura familiar. Então é uma proposta, é um projeto que já tramitou aqui, já foi aprovado, o governo já vetou, e a gente vai derrubar esse veto. Construir, dentro da Conferência da Terra, juntamente com os movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade, mecanismos que impeçam o aumento do uso de agrotóxicos no âmbito do Distrito Federal, visando à promoção e prevenção da saúde do trabalhador e da população em geral;

Propor, em parceria com o Governo do Distrito Federal, a realização da Conferência da Terra no ano de 2017. Ou, caso o GDF não o encaminhe, realizar um amplo debate no âmbito do Poder Legislativo com essa temática através de novas audiências públicas e seminários específicos sobre o tema, viabilizando o apoio à dotação orçamentária para esse fim. Ou seja, se o GDF não quiser realizar a Conferência da Terra, a gente faz esse debate no âmbito da Câmara Legislativa.

Lançar um plano distrital de combate ao uso de agrotóxico no Legislativo, uma vez que já foi criado o Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, que "institui o dia distrital de combate à intoxicação por agrotóxico a ser celebrado anualmente no dia 3 de dezembro". Sendo assim, oferecer recursos, emendas, apoio às escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal para promover debate, atividades culturais e educativas que incentivem o consumo e a produção orgânica de alimentos.

Realizar, no próximo ano, um seminário em parceria com o Instituto Nacional do Câncer, dentro do Legislativo, com o objetivo de esclarecer o aumento assustador dos casos de câncer provocado pelo uso e manuseio de agrotóxico e exposição a ele.

Incentivar a implantação de uma zona livre de transgênicos e agrotóxicos, inclusive propondo o subsídio de taxas e impostos para a produção que se enquadre nos requisitos, considerada zona de orgânicos e livres de agrotóxico.

Fortalecer os meios de fiscalização pelos órgãos competentes do controle da venda e do uso de agrotóxico no âmbito do Distrito Federal e na RIDE – Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico.

Facilitar e liberar o uso de área pública para a realização de feira de produtos agroecológicos nas áreas públicas do DF.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016		15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	59	

Buscar, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a inclusão de temática agroecológica para conscientização e incentivo ao consumo de produtos orgânicos.

Apoiar a instalação de um centro avançado de análises tecnológico-ambientais do DF.

Criar um programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos com origem vegetal e animal industrializados em água do Distrito Federal.

Apoiar a fiscalização e promoção profissional da área de Engenharia Agrônômica para o uso adequado do receituário agrônômico.

Fomentar a ampla divulgação de dados sobre os agrotóxicos do DF e apoio às equipes técnico-científicas para o desenvolvimento de pesquisa no setor.

Incentivar a implantação de projetos como a horta Toca da Minhoca, que prevê produção de hortas orgânicas nos espaços das escolas do Distrito Federal.

Estabelecer o processo de transição agroecológica para a produção de frutas, verduras e legumes do Distrito Federal com o objetivo de atingir a meta de 0% de agrotóxico nesses produtos.

Então, essas são algumas propostas que surgiram aqui neste debate. Evidentemente a gente vai continuar, mas eu quero agradecer, primeiramente, pelo nível do debate que a gente teve aqui hoje, tanto os trabalhadores como os representantes dos sindicatos rurais, como o pessoal da indústria.

A gente sabe que é um debate, como eu falei aqui, um pouco espinhoso, até porque há muitas concepções diferentes com relação ao uso do agrotóxico, mas eu saio daqui muito feliz com esta comissão geral e convencido de que este debate deve continuar, deve ser aprofundado porque a gente está mexendo com a saúde, com a vida das pessoas.

Como falei, a gente vai estar aberto a discutir os projetos, a gente não vai tomar nenhuma atitude sem dialogar com os segmentos que estão envolvidos com a temática. Saio daqui convencido de que a gente tem que continuar o diálogo de forma muito séria, de forma muito serena. É um assunto que, eu confesso a vocês, não conheço, conheço muito pouco ainda, mas vou aprofundar.

O nosso mandato aqui, esta Câmara, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, de que sou Presidente – não sei se serei no ano que vem, mas pelo menos membro eu quero continuar sendo –, continuarão esse debate. Procuraremos, através desses diálogos, melhorar cada vez mais o nível da nossa alimentação.

Então, quero agradecer de coração a todos vocês.

Concedo a palavra ao Sr. José Mário Silva de Souza, que quer falar mais alguma coisa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1º 12 2016	15h25m	107ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	60

SR. JOSÉ MÁRIO SILVA DE SOUZA – Quero contribuir nessa questão de ampliar a zona sem agrotóxico: colocar, disponibilizar mais terras para assentamento da reforma agrária, que, com certeza, é a maneira de protegermos alguma nascente nessas questões de agrotóxico.

Ampliar também a área de assentamento no Entorno do DF, já que aqui, você sabe melhor do que nós, já há dois anos que não se destina uma área para reforma agrária, e aí há exemplo de pessoas, segundo a senhora, com oito anos, quinze anos, sem serem assentadas. Portanto, se puder, acrescente essa questão.

Quero agradecer a todos pela participação e ao Muller por enfrentar esse debate difícil, espinhoso, mas pensando, ouvindo, discutindo, é isso que faz a reforma agrária, é isso que faz o combate do agrotóxico no Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está bom, José Mário.

Quero dizer que esse debate da reforma agrária a gente está travando aqui na Casa, inclusive discutindo agora um PL do governo que regulariza essas áreas rurais. Enfim, é um debate que também é permanente, você sabe disso. Já fizemos aqui uma série de audiências, e vai continuar. A gente está acompanhando de perto, até como membro da CAF – Comissão de Assuntos Fundiários, essa questão da reforma agrária e está sempre cobrando do governo, dos gestores do governo, das Secretarias que não se esqueçam desta temática tão importante também, principalmente para a agricultura familiar.

Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades, do governo, dos demais convidados.

Boa noite a todos vocês e, mais uma vez, muito obrigado.

Declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 19h30min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Edição e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br